

1

1

2

3

4

5

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

6Aos vinte um dias do mês de julho de dois mil e cinco realizou-se a Septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho
7Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o
8início às quatorze horas e vinte dois minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Laura Londero Cruz**,
9Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Paulo Sérgio Fabres**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento;
10**Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do
11Secretário da Cultura; **Srs. Juares Fernandes de Souza e Pércio Brasil Álvares**, Representantes do Secretário de Justiça e
12Segurança; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da
13AGAPAN; **Sr. Mauro André Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Doadi Antônio Brena**,
14Representante Titular do Amigos da Floresta; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição
15Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sra. Maria**
16**Susete Centeno**, Representante Suplente do SINDIÁGUA; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG; **Sr.**
17**Clóvis Zimmer**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Edu Ricardo Beltrame**, Representante Suplente da Sociedade de
18Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**,
19Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Srs. Clebes Brum Pinheiro e Eduardo**
20**Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM. Participaram também da reunião, como
21convidados: Káthia Maria Vasconcellos Monteiro, Núcleo Amigos da Terra Brasil; Mauro Gomes de Moura, FEPAM; Niro
22Afonso Pieper, SIGA/SEMA; Sílvia Capelli, OAB/RS; Adilson Sena Rodrigues, Prefeitura de Pouso Novo; e João Braga,
23SMMA/Triunfo. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier, Representante da FAMURS. **Pauta: 1.**
24**Aprovação das Atas da 75ª e 76ª Reuniões Ordinárias do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitação do Município de**
25**Pouso Novo; 4. Propostas de Alterações/Estatuto da Lei n.º 10.330/94; 5. Fundo Estadual do Meio Ambiente; 6.**
26**Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Sr. Valtemir Goldmeier):** Boa-tarde a todos. Já temos “quorum”, então, damos por aberta
27esta reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Desde já, conforme ficou combinado na última reunião, hoje a
28apresentação da Entidade que tem assento neste CONSEMA é do Batalhão Ambiental da Brigada Militar, da Secretaria de
29Justiça. Então, vou passar a palavra para fazer a apresentação e em seguida a gente continua a reunião. **Sr. Juares Fernandes**
30**de Souza:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, senhores integrantes desta reunião, em primeiro lugar gostaria de me apresentar,
31sou o Cel. Juares Fernandes de Souza, Comandante do Comando Ambiental da Brigada Militar, e me faço acompanhar do
32Major Pércio, que é responsável pela seção de treinamento, operações, convênios, projeto, parte educacional e a parte de
33prevenção que diz respeito à segurança pública em relação a meio ambiente. Em primeiro lugar, é uma grande satisfação
34estarmos presentes aqui neste encontro, até porque entendemos que este fórum é muito importante nesse processo de gestão das
35estratégias que diz respeito ao meio ambiente. Vamos fazer, rapidamente, uma apresentação do que é o Comando Ambiental. O
36Comando Ambiental da Brigada Militar veio, na realidade, substituir o antigo Batalhão Ambiental que a Brigada Militar tinha
37até, então. Ele foi instalado no dia 05-07, passado, em um evento tivemos em Torres, onde o Comando da Brigada em uma
38visão estratégica procura através das suas relações de polícia pontualizar a questão do meio ambiente, ou seja, o nosso vínculo
39principal é em relação à polícia no meio ambiente. A Brigada Militar, então, nessa relação tem outros Comandos, como o
40Comando Rodoviário, o Comando de Bombeiros e criou agora o Comando Ambiental, onde temos a honra de ser o
41Comandante. Vamos procurar fazer um histórico dessa apresentação, uma introdução, um histórico de como o Comando
42Ambiental nasceu, a estrutura atual, a legislação, algumas atividades, as parcerias, as representações, os projetos, convênios e
43algumas estratégias que pretendemos experimentar durante esse período que estivermos à frente. O Comando Ambiental da
44Brigada Militar, na realidade, e a Brigada Militar, já vêm há muito tempo pensando nessa questão ambiental. Nós temos
45registros históricos da preocupação da Brigada com o meio ambiente. Isso decorre durante o período já de 1920, existe algum
46registro ali. Nessa relação a Brigada Militar vem acompanhando os fatos, embora sejamos novos já existem algumas ações,
47muitas vezes pontuais, mas que, com certeza, vieram criar e sistematizar hoje esse projeto. A primeira manifestação da Brigada,
48como nós comentamos, foi em 1920, uma manifestação na carta, onde havia uma necessidade da Brigada Militar fazer uma
49proteção em determinado local, o que dizia respeito a um desmatamento do meio ambiente. Em 89 nós tivemos a constituição
50de um grupo florestal, foi o primeiro passo, o primeiro embrião, constituído, organizado da Brigada Militar. Posteriormente,
51esse grupo florestal teve uma atuação com a criação do Batalhão de Polícia Ambiental somente em Porto Alegre. Nós tínhamos
52as antigas PATRANs, que muito dos senhores e senhoras comentaram, que atuava dentro da constituição dos batalhões, e
53tivemos, especificamente, um batalhão, que ficava com uma área de Porto Alegre. Esse batalhão, a sua característica principal
54foi o quê? Coordenar todas as ações das PATRANs, embora não estivesse em sua subordinação as PATRANs, mas tinha como
55definição, como coordenar as PATRANs, ou seja, digitava as normas, as organizações, as ações, as operações e a sua
56responsabilidade era somente em Porto Alegre. Em 2001 tivemos a efetivação dessas questões em todo o Estado com a criação
57do Batalhão de Polícia Ambiental, e foi dividido em sete companhias, conforme os senhores estão vendo no mapa. Cada
58companhia tinha a sua área de responsabilidade territorial atuando em todo o Estado, ou seja, deixamos de ser localizado para
59ter uma questão constituída em todo o Estado. Em 2005, em cima dessa experiência do Batalhão Ambiental, a Brigada Militar
60nessa visão estratégica de ter uma polícia especificamente nessa área, não só pelo tema, mas pelo debate, em termos não só do
61Estado, mas em todo o planeta, cria-se o Comando Ambiental da Brigada Militar, que é dividido em três batalhões. Nós temos
62o Primeiro Batalhão, que estamos ainda para definir as sete, não instalamos ainda, ou Porto Alegre, ou Capão, ou Xangrilá, mas
63já instalamos o Segundo Batalhão em Passo Fundo e o Terceiro Batalhão em Santa Maria. Eu lhes confesso que a estruturação
64desses batalhões, em determinado momento, foi um pouco complicada, porque tínhamos que atender algumas questões
65pontuais. Tínhamos que dividir essa região atendendo a questão técnica, ou seja, obedecer o máximo possível a questão das
66bacias, as questões hidrográficas; mas, também, tínhamos algumas questões internas, como questão econômica, porque isso

67desenvolve uma relação econômica, tínhamos que movimentar pessoas, então, teria um custo para o Estado. E a questão social,
68a partir do momento que nós movimentamos uma pessoa tem a questão social, ou seja, muitas vezes as pessoas estão já
69habitadas, já estão instaladas em uma cidade, então, também tínhamos que identificar essa relação. E a questão política, ou
70seja, para onde está-se direcionando a relação política da área ambiental no Estado. Então, tivemos que pegar esses quatro
71vetores e tentar fazer uma equação, onde conseguimos esse mapeamento, essa geografia nesses batalhões. Como eu falei para
72os senhores, o Primeiro Batalhão ainda não temos instalado, a nossa intenção é instalar em Capão da Canoa, embora exista
73alguma possibilidade em Porto Alegre. E por que Capão da Canoa? Como o Comando Ambiental já está em Porto Alegre e
74entendemos que temos que gerenciar e ter o máximo possível de pessoas em todo o Estado, e a área do litoral é uma área que
75ainda merece um cuidado especial, então, temos a idéia de instalar naquela região, mas, provisoriamente, em decorrência das
76instalações, podemos instalar em Porto Alegre. O Segundo Batalhão é em Passo Fundo e o Terceiro em Santa Maria. Cada
77Batalhão tem as suas subdivisões, então, dentro dessa relação nós teríamos a Primeira Companhia em Capão da Canoa ou Porto
78Alegre, a Segunda Companhia em Pelotas, que pega toda aquela região do litoral sul, e a Terceira Companhia com sede em
79Porto Alegre, na região metropolitana para atender essa questão do Delta do Jacuí. Já o Segundo Batalhão, com sede em Passo
80Fundo, pega essa área norte, leste, nordeste do Estado. Nós também dividimos em três companhias: a Primeira Companhia em
81Passo Fundo, que compõe a sede do Batalhão; a Segunda Companhia nessa região das Hortênsias, a região mais norte do
82Estado; e a Terceira Companhia o nordeste, as Missões, procurando sempre estabelecer uma relação estratégica da necessidade
83de termos efetivo em locais pontuais. O Terceiro Batalhão nós já instalamos, inclusive, pega a região central, Santa Maria, o
84noroeste e sul do Estado, e dividimos também em três Companhias: temos a Primeira Companhia em Santa Maria, a Segunda
85Companhia que instalamos em Cruz Alta esta semana, terça-feira, e a Terceira Companhia que já existia, só mudamos a
86denominação, que é a região litoral, que pega a percepção dos campos limpos e as coxilhas. Dentro de um processo, e essa foi a
87realidade da criação do Batalhão, nós temos algumas estratégias e onde vamos procurar trabalhar essa questão de comando.
88Nós elencamos, talvez não tenham alguns itens aí, até porque esse “slide” foi na primeira apresentação, depois nós revisamos e
89houve uma questão técnica, conseguimos colocar o atualizado, mas nós elencamos cinco temas para a relação estratégica, e não
90abrimos de cinco temas: pessoal, que ninguém pode fazer qualquer plano, qualquer projeto, qualquer programa, qualquer
91planejamento sem ter um programa específico na relação de pessoal, pessoas. Ou seja, é importante conhecermos as nossas
92pessoas, com quem trabalhamos, qual é a sua qualidade, qual é a sua qualificação, o seu perfil, o perfil ideal para essa atividade
93de polícia, porque uma coisa é atuar no meio ambiente, outra coisa é atender uma ocorrência, um assalto a banco. Embora,
94antes de ser polícia ambiental somos polícias militares. Então, temos que ter um perfil das nossas pessoas, até para encontrar
95uma resposta. Na mesma forma nós caracterizamos também a questão de pessoal em relação às pessoas a quem nós dirigimos o
96trabalho, ou seja, temos que conhecer o máximo possível aquelas pessoas a quem estamos trabalhando, pessoa do campo,
97pessoa da serra, pessoa da praia, para que possamos chegar de acordo com as necessidades. Então, o primeiro item do nosso
98planejamento estratégico é pessoal; o segundo item que estabelecemos é a questão financeira, o investimento, é importante
99saber até onde nós podemos chegar. Como é a unidade? É uma unidade nova? Nós já estamos fazendo diagnósticos, vendo os
100recursos que nós podemos aplicar em cima de uma necessidade. Buscar o recurso para em cima de um plano de aplicação
101trabalhar a relação para qualificar o nosso trabalho. Então, o investimento é pontual também. O terceiro item que
102caracterizamos muito importante nesse processo de planejamento, estruturação do ambiental, é a questão da operacionalidade.
103Uma forma e uma maneira é trabalhar uma relação em um assalto a banco e outra maneira é trabalhar a relação de uma
104queimada. Então, nós temos que nos readaptar a esse sistema, sair do empirismo, passar para uma relação mais científica, uma
105relação mais investigativa. Então, nós temos, inclusive, o Major Pércio, que é o nosso piloto, é o nosso gestor dessa relação,
106dessa questão de operacionalidade, rever todos os conceitos, inclusive, se for necessário. O quarto item nós caracterizamos
107como muito importante, a questão do crescimento do ambiental, temos que estabelecer metas e para isso nós temos os parceiros
108para que a gente possa aumentar, não somente o efetivo, mas a nossa ação, a nossa pontualização. E nisso nós vamos criar
109indicadores para ver onde devemos colocar mais um pelotão, onde devemos colocar mais um grupo ambiental, onde devemos
110rever uma ação nessa característica. Então, vamos caracterizar o quê? População? Densidade demográfica? A questão de
111indicativos de criminalidade ambiental? Então, é um planejamento que estamos procurando estabelecer. E o quinto item, que
112acreditamos também importante, é a questão da visibilidade das nossas ações, ou seja, é importante mostrar que estamos
113presentes com as pessoas, com as Entidades, com os organismos no sentido de melhorar a qualidade, mostrar, apresentar, trazer
114e dar uma melhor sensação de segurança, por isso que somos cinco. Nós estabelecemos algumas relações, onde podemos
115trabalhar, a questão financeira, por meio de projetos, convênios e na captação de recursos. Essa é uma nova visão que estamos
116encarando, a questão da proteção ambiental, uma estratégia operacional que trará uma visão à Brigada no que diz respeito ao
117trabalho na fiscalização, na educação, na prevenção, coordenação de condutas e atividades. E na visão futura é aumentar essa
118relação da conservação da natureza do Estado. Da mesma forma são conceitos que nós temos dentro de uma visão da Brigada
119Militar no que diz respeito à questão ambiental. A legislação os senhores e as senhoras conhecem tanto quanto, ou mais do que
120nós, também acompanhamos todas as reações que dizem respeito às Entidades do organismo ambiental. Só para ilustrar: a
121Constituição Federal, que é a nossa matriz, a nossa mãe na relação da legislação e depois as demais legislações, que nós temos
122obrigação de atender. Dentro do processo legal a Brigada Militar também está inserida na atribuição legal da Brigada, na Lei
123Estadual n.º 10.330, artigos e parágrafos onde estamos inserindo comissões e atribuições no processo legal. Também, da
124mesma forma, são complementos na legislação estadual. A competência, atribuição do Comando de Polícia Ambiental:
125compete cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental, representando a Brigada nas atividades nessa área de promover
126intercâmbios governamentais e não-governamentais. Ou seja, nós do Comando Ambiental somos representantes legítimos no
127que diz respeito à relação de polícia ambiental. A maioria dos senhores e senhoras têm conhecimento das atividades do

128Comando Ambiental, simplesmente agregamos mais algumas questões, mas as mesmas desde as antigas PATRANs, do
129Batalhão Ambiental, que diz respeito à fiscalização florestal, o transporte, comércio e queimada. Aqui é a relação quando
130encontramos o fato, ou seja, a partir da denúncia, do patrulhamento à denúncia, a constatação do delito e elencada a todas as
131ações que devemos tomar até a ação final, que é a ação penal civil dentro do Ministério Público. Há alguns “slides” de algumas
132ações de polícia ambiental, da mesma forma no que diz respeito à questão da fauna, trabalhamos na caça, na pesca, salvamento
133e maus tratos de animais. O esboço organográfico também da ação de polícia ambiental decorre da mesma forma, constatado o
134delito toma-se aquelas atitudes e chega até ao que diz respeito à área penal, no civil, um procedimento junto ao Ministério
135Público e IBAMA. “Slides” também sobre alguma fiscalização e ações de polícia ambiental. Outra ação da Polícia Ambiental é
136no que diz respeito à poluição: sonora, atmosférica, hídrica, resíduos sólidos, parcelamento de solo. Idêntica a relação de
137tratamento na conduta do delito, ou seja, constatamos o delito, fazemos um boletim de ocorrência, ou um PC, para apurar e
138para melhorar essa relação com o assessoramento, é o relatório ambiental até chegar na área penal, ou civil, para o Ministério
139Público. A mineração, também temos atuação, temos, inclusive, gráficos e registros de ocorrências nessa área, idêntica à
140relação na condução do delito. Nós entendemos importante, acreditamos como Polícia Ambiental que o meio, a melhor forma
141de conseguir mudar essas questões é através da educação. Então, vai ser a alavanca, vai ser o âncora do nosso trabalho a
142questão da educação ambiental. Nós queremos através dos órgãos que constituem não somente o Conselho, mas de todas as
143pessoas que têm a consciência que através da educação nós podemos mudar, fazer programas e projetos. Nós temos um
144programa, justamente, queremos buscar junto à Secretaria de Educação, multiplicar as pessoas que trabalham com a questão de
145educação, criar uma conduta, uma diretriz para que possamos alcançar, principalmente, o público jovem, o público infantil,
146onde a gente poderá mudar o conceito, mudar o comportamento, mudar a cultura. Então, a educação ambiental para nós é
147importante. Já trabalhamos, temos já alguns programas, mas queremos tornar esses programas universais dentro do Estado. As
148instituições que no seu conjunto trabalham conosco, a maioria aqui presentes; as nossas representações dentro do programa do
149Estado e de outras instituições e aqui está o Conselho Estadual de Meio Ambiente, onde estamos presentes. Alguns projetos
150que alguns já têm implementação, já está em atuação, outros ainda em estudos, em convênio com a SEMA, através da Polícia
151Administrativa que repassa o recurso, onde exercemos a fiscalização ambiental. O consórcio de Itá, estivemos, inclusive,
152semana passada visitando lá. Quem não conhece eu sugiro que em uma oportunidade vá, existem programas educativos para o
153meio ambiente muito fortes, muito bonitos, mais de vinte e poucos programas, desde da questão da água, a questão do solo,
154enfim, através do consórcio de Itá. Da mesma forma temos um termo de cooperação com a Federação Gaúcha de Caça e Tiro.
155O SENASPA também, nós temos um projeto em implementação, precisamos de aquisição de viaturas e de embarcações, no
156caso aqui na ANFIBIA. Tem um projeto educativo, o Projeto Patrulha Ambiental, Projeto da Mata Atlântica, onde nós
157estamos, inclusive, em plena atividade. Em andamento, um trabalho também, nós estamos com o SENASPA na busca de
158recurso para embarcações, semana que vem devemos fazer um encontro em Garibaldi, que existe uma empresa lá que faz
159embarcações, para conhecer que há necessidade de um controle na fiscalização das águas. Temos um convênio com a Marinha
160em andamento, convênio com a Federação Gaúcha de Pescadores, e é importante o convênio com as Prefeituras, ou seja, onde
161temos já em andamento Caxias do Sul e Pelotas em um plano piloto. Na área educacional também nós temos com a
162universidade, devemos iniciar um curso agora, semana que vem, é sobre perícia ambiental. Vai ser realizado lá no nosso quartel
163em um convênio com a UNESUL, 25 vagas, já estamos com duas turmas fechadas pela importância do curso. Mais outro
164projeto em andamento, também com a FUNDEFLO, com a Universidade de Passo Fundo; projetos também, salas verdes
165também é um projeto que temos em andamento. Aqui é um projeto que tem, a Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, realiza
166anualmente, nós encaminhamos um projeto no que diz respeito ao ciclo de premiação 2005, sobre o projeto Patrulha
167Ambiental, que já é realidade em termos de Rio Grande do Sul. Aqui é mais na base interna, ou seja, procurando trabalhar a
168relação pessoal, a qualificação do nosso pessoal, treinamentos do Comando de Polícia Ambiental. Há também essa
169possibilidade em decorrência da estiagem que houve este ano, de nós trabalharmos a questão também em um projeto para
170melhorar a questão de viaturas, embarcações em um valor, aproximadamente, de 1 milhão e 300 mil reais. Nós acreditamos que
171em uma relação, e agradeço ao Presidente e as demais pessoas que tiveram a sensibilidade e também a boa vontade em nos
172ouvir, que algumas coisas nós conseguimos mostrar o que somos, temos muito o que fazer, temos muito o que aprender. E com
173certeza, com esse público que nós consideramos um público altamente qualificado, auxiliando-nos, muitas vezes sendo
174cúmplices em determinados assuntos, poderemos alcançar os objetivos, que é continuar protegendo o meio ambiente. O nosso
175muito obrigado e uma boa-tarde. **Sr. Presidente:** Agradecemos a Brigada Militar e colocamos à disposição dos Conselheiros se
176alguém quiser fazer alguma pergunta. Abrimos um espaço, então, para algumas perguntas. **Sr. João Braga:** Sou Secretário
177Municipal de Meio Ambiente de Triunfo. Coronel Juarez, convênio com Prefeituras para montar uma patrulha ambiental local,
178municipal, é possível? Uma parceria Brigada Militar, Secretaria, com técnicos, é possível? **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** É
179possível dentro de uma relação onde a gente possa aproveitar o recurso humano, as pessoas de outro local. Eu lhe confesso que
180hoje temos muita dificuldade em crescer, porque o nosso crescimento, o foco principal é ter o pessoal. Nós não podemos abrir
181campo de ações onde chega o momento que não podemos atender, ou seja, criar uma expectativa. Eu vou colocar lá, por
182exemplo, em Triunfo um pessoal e de repente não tenho como colocar. Então, nós estamos atuando dentro de uma relação de
183contração, ou seja, recolher todas as informações, todos os recursos, concentrar e dali fazer a parte de ação. Então, nós
184temos condições de fazer desde que a gente pegue na região, Triunfo pertence a Montenegro, desde que a gente tenha
185condições de fazer isso aí, inclusive, não só no que diz respeito à fiscalização, mas também na parte educativa, dentro de um
186programa, dentro de uma conversação, não há problema nenhum, até porque é missão nossa, é interesse nosso. A dificuldade
187nossa é instalar lá naquele local efetivo. Isso eu lhe confesso que nesse momento nós temos dificuldade. Hoje o nosso efetivo
188beira 350 para todo o Estado. Então, está muito longe da necessidade, nós estamos avançando, temos um curso já em formação,

189consequimos ontem com o Comandante Geral da Brigada mais um curso para temporário, que aí vai soltar o pessoal que está
190na atividade administrativa, e temos a promessa para mais um ou dois cursos no início do segundo semestre, mas isso leva
191cinco a sete meses, até a conclusão desse pessoal. Então, nós temos desde que a gente faça uma relação, até porque na Polícia
192Ambiental há muitas vezes condições da gente planejar a ação, diferente um pouco da polícia que está permanentemente. **Sr.**
193**Eduardo Osório Stumpf:** Gostaria de fazer só um comentário em relação a nova unidade ambiental, em relação à justiça,
194porque a gente ouviu as notícias, porque assim como a PATRAN está-se estruturando bastante, nós temos notícia que a Polícia
195Federal também está criando toda uma área especializada em meio ambiente. O Ministério Público Estadual já tem uma área
196bastante especializada e agora a gente também tem notícia que a Justiça Federal também está-se especializando nessa área
197ambiental. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** É, do ponto de vista pessoal acho que vamos ter que sentar ao redor de uma mesa,
198em cima do aspecto legal e fazer cada um dentro da sua relação. Eu acredito que há espaço para todos, desde que cada um
199cumpra o seu papel. Claro, hoje a maioria das instituições e a Brigada Militar, eu falo pela Brigada, a nossa dificuldade é maior
200é a questão de efetivo. Então, muitas vezes outras Entidades ocupam espaço pela falta daquela Entidade que é responsável por
201aquela ação não estar presente. E acho que este Conselho é importante, a gente tem que agregar mais outros órgãos se for
202necessário, no sentido de discutir não como efetivo, mas discutir ações e trazer aqui, é buscar uma relação onde todos possam
203participar dentro de um processo para chegar até o cidadão, porque ao cidadão interessa que se cumpra a lei, que se estabeleça
204a cidadania para ele lá. Então, nós entendemos, o próprio Ministério Público, nós devemos ter semana que vem um encontro
205com o Ministério Público Federal para que a gente possa ver, temos marcado agora uma reunião com o Ministério Estadual,
206com o Dr. Bandeira, queremos fazer uma apresentação mais ou menos nesse nível aqui, nesse item, com todos os promotores
207ambientais que trabalham na relação ambiental. É para a gente saber o cenário, porque é importante saber o que as pessoas
208pensam, como é essa questão dos ajustamentos, muitas vezes a polícia faz uma ação, que é um dano muito forte, e um
209ajustamento, ou o cumprimento de uma relação alternativa fica bem menor o valor. Aí fica a polícia passando por ruim e lá
210ficam outros órgãos, uma Entidade mais de bondade. Então, nós queremos conversar, verificar esse cenário para estabelecer
211uma relação, um critério mais ou menos harmônico aí. Então, nós não temos problema nenhum, mas acho que nós temos que
212conversar com todos os órgãos. **Sra. Sílvia Capelli:** Boa-tarde a todos. Sou Sílvia Capelli, Coordenadora do Centro de Apoio
213Operacional de Defesa do Meio Ambiente, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Eu tomei conhecimento
214nesse momento do agendamento da reunião com o Procurador-Geral, fico bastante satisfeita representando o Ministério Público
215do Rio Grande do Sul na área ambiental. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Estou-lhe devendo uma visita. **Sra. Sílvia Capelli:**
216Com muito prazer. E só acenar a posição do Ministério Público Estadual no sentido de que nós nos preocupamos bastante em
217identificar a natureza das obrigações assumidas nos compromissos de ajustamento. E o Ministério Público do Estado do Rio
218Grande do Sul tem-se preocupado em divulgar e capacitar os Promotores de Justiça, e conversar com os Promotores de Justiça
219no sentido de que a obrigação principal do membro do Ministério Público é alcançar a recomposição efetiva do dano, através
220da obrigação de fazer. Sendo que as indenizações e composições civis são medidas, eminentemente, subsidiárias que não
221devem nortear a atuação do Ministério Público. O Ministério Público tem sido parceiro da Brigada Militar ao longo de muitos
222anos, eu trabalho na área de meio ambiente desde o ano de 1991 e participamos de toda a evolução da Brigada Militar no trato
223das questões ambientais. É uma instituição reconhecidamente vocacionada e também uma instituição que prestar
224relevantíssimos serviços à área ambiental no Estado do Rio Grande do Sul e é uma grande parceira do Ministério Público. Nós
225queremos aprimorar e afinar essa relação com todos os agentes públicos que trabalham na proteção do meio ambiente e
226entendemos que a Brigada Militar é sem sombra de dúvida o melhor parceiro, um parceiro idôneo nas atividades de proteção
227ao meio ambiente. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Eu só ratifico o que a Dra. Sílvia comentou, semana passada estivemos lá
228em Gaurama, esteve presente o Dr. Roberto, ao qual nós pedimos uma reunião com ele, uma audiência com ele, até para nós
229fazermos essas questões em nível institucional, para não sair da relação pontual, prontamente ele apresentou essa proposta a um
230assistente militar, nós devemos marcar o quanto antes. Solicitamos a ele também esse encontro em uma reunião que estabelece,
231o doutor pode-me corrigir, parece-me que todas as sextas-feiras, a primeira sexta-feira do mês, os promotores que trabalham na
232relação ambiental, fazemo-nos presentes para conversar com ele, através do nosso corpo também de assessores, para a gente
233ajustar algumas questões, deixar de trabalhar em um empirismo, partir para uma diretriz institucional, tanto o Ministério
234Público como da Brigada Militar. Então, nós temos tido no Ministério Público não só um parceiro, permita-me, com todo o
235respeito, um cúmplice, que tem-nos auxiliado nas mais diversas e muitas ações nós temos conseguido implementar fase essa
236conscientização do Ministério Público. Nós tínhamos um encontro já com o Promotor de Passo Fundo, o Promotor de
237Livramento, de vários locais onde temos visitado e temos tido uma boa referência. E eu acredito que com as relações
238aumentadas nós conseguiremos com certeza melhorar a questão do meio ambiente. Então, por isso, ratifico e complemento, a
239nossa relação com o Ministério Público tem sido de todas as formas excelentes, assim como com as demais Entidade. **Sr.**
240**Presidente:** Então, agradecemos em nome do Conselho, Cel. Juarez, a sua participação e colocamos o Conselho à disposição.
241E entendemos que é importante que os Conselheiros conheçam um pouco dessa estrutura da Brigada Militar na área ambiental,
242até porque, eventualmente, ao necessitar fazer um contato, saber onde tem Companhia, é importante que a gente tenha esse
243conhecimento. E, às vezes, em função de todas as atribuições que todos têm a gente acaba não tendo essa informação. Então,
244agradecemos a apresentação e fazemos votos que o trabalho continue com o mesmo afinco e com o mesmo resultado que a
245gente sabe que tem havido nessa área ambiental. Então, desde já agradecemos e gostaríamos de pedir, se fosse possível, que
246uma cópia da apresentação ficasse com a nossa Secretaria Executiva. Passando para a nossa Pauta de hoje, Conselheiros, nós
247temos o Item 1 de Pauta, a Apreciação e Aprovação das Atas da 75ª e 76ª Reuniões do CONSEMA. Edí, por gentileza. **Sra.**
248**Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, que o Regimento
249Interno do nosso Conselho fosse cumprido e que a Mesa do CONSEMA fosse devidamente constituída, conforme diz no

250Regimento Interno, artigo 13: “Será composta pelo Presidente e pela Secretaria Executiva”; qual seja? “A Secretaria Executiva
251do CONSEMA será exercida pelo órgão ambiental do Estado e coordenado pelo seu Titular, ou, na sua ausência, pelo seu
252substituto legal”. Então, parece-me que essa Mesa não tem sido constituída. Eu gostaria que a SEMA se fizesse presente e
253compusesse a Mesa como determina o nosso Regimento Interno, bem como que o artigo 28, do Regimento Interno seja seguido:
254com leitura da Ata, comunicações, verificação de “quorum”, votação da Ata da reunião anterior, leitura e deliberação sobre a
255Ordem do Dia, discussão e votação da matéria em Pauta constante na Ordem do Dia, ou proposta na etapa prevista no item 4, e
256o encerramento. Então, seria isso. **Sr. Presidente:** Edi, eu só gostaria de colocar que em relação à SEMA o representante da
257SEMA não está, o Secretário não está. Seria o Secretário e o Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, pela
258informação que eu tenho o Titular é o Secretário e o Suplente é o Renato, que é da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. **Sra.**
259**Edi Xavier Fonseca:** Aqui diz “pelo órgão ambiental do Estado e coordenado pelo seu Titular, ou, na sua ausência, pelo seu
260substituto legal”. **Sr. Presidente:** Então, consulto, Edi, poderíamos continuar a reunião da forma como está hoje, a partir da
261próxima reunião, então, a gente faz os devidos acertos legais? Ok. Quanto a seguir, a única alteração que nós fizemos em
262relação ao Regimento Interno foi fazer a apresentação das Entidades que fazem, então, na verdade, o nosso rito dos trabalhos
263sempre seguirá o que está na lei e o que está na Pauta que é encaminhada. Então, por isso que eu estava iniciando nesse
264momento, porque a gente faz a abertura e faz a apresentação da Entidade, aí entraríamos na parte de leitura das Atas, se
265necessário, e aprovação das respectivas Atas. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Não estou questionando esse procedimento que o
266senhor tem feito, que é oportunizar a todas as Entidades deste CONSEMA fazer uma apresentação formal do seu trabalho, que
267considero isso uma coisa muito enriquecedora para o nosso Conselho, porque nós estamos há anos e a gente não conhece na
268prática como as Entidades funcionam. Então, isso é uma atitude louvável dessa Presidência fazer essa apresentação. O meu
269questionamento é só nas Comunicações que devem ser lidas na íntegra, coisa que não tem acontecido, por tempo, enfim. **Sr.**
270**Presidente:** Faremos. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde a todos os Conselheiros, Conselheiras e servidores convidados.
271Nós gostaríamos que se respeitasse o Regimento Interno no ponto, pelo menos a presente reunião, no ponto que se trata do
272debate e da aprovação da Pauta. Então, fosse após as Comunicações, depois da verificação do “quorum”. **Sr. Presidente:**
273Então, entraríamos no primeiro ponto de Pauta, que é a Aprovação das Atas das 75ª e 76ª Reuniões deste Conselho. As Atas
274foram encaminhadas a todos os Conselheiros, tanto por “e-mail” quanto em Sedex. Então, colocaríamos em discussão essas
275Atas, porque fazer a leitura na íntegra dessa Ata seria um pouco demorado para todos nós. Então, o que sempre se fez foi
276encaminhar anteriormente para que todos leiam, nesse caso haja alguma alteração a gente efetue. Então, gostaria de perguntar a
277nossa Plenária se é possível fazermos dessa forma? **Sr. Geraldo André Susin:** Presidente, só para comunicar, os dois últimos
278documentos não chegaram pelo correio. Então, vamos começar três dias antes da reunião cobrar para que a gente receba antes.
279Então, estamos prejudicados na aprovação das Atas em Pauta. **Sr. Presidente:** Eu consulto a Secretaria Executiva: houve
280algum problema, ou retornou o documento da ALGA? **Sra. Liliani (Secretaria Executiva):** Não houve problema, foram todos
281encaminhados dia 15, via Sedex, o que acontece com a ALGA é que no Município de Caxias ele tem que buscar o Sedex.
282Então, não é problema da Secretaria Executiva, porque nós temos os comprovantes, que são todos encaminhados juntos, porque
283a FEPAM até que encaminha para nós. Não houve nenhum problema nesse respeito. **Sr. Presidente:** Eu só gostaria de saber se
284houve algum problema em relação ao documento da ALGA que o Susin não tenha recebido o documento em tempo hábil de lê-
285lo. Essa é a minha pergunta. **Sra. Liliani:** Nós temos os comprovantes que foram enviados todos no dia 15, podemos buscar
286para ver se há algum problema. **Sr. Presidente:** Então, você não recebeu, Susin? **Sr. Geraldo André Susin:** Antes eles
287entregavam, nós temos uma vizinhança que tem parceria com o carteiro, porque é uma cidade do interior. Apesar de ser uma
288das maiores cidades do interior a gente tem esse acerto, ele entrega sempre e tem uma pessoa responsável para receber. Essas
289duas não foram entregues e nem recebemos o aviso, pelo menos não tivemos conhecimento, mas com certeza nas próximas a
290gente resolve esse problema. **Sr. Presidente:** Tu recebeste o material ou não? **Sr. Geraldo André Susin:** Não, não foi
291recebido e nem o aviso. **Sr. Presidente:** No final da reunião, antes de ir embora, Susin, por favor, gostaria que tu contatasses
292com as duas meninas aqui. **Sr. Geraldo André Susin:** Já falamos e será resolvido. **Sr. Presidente:** É no sentido de
293verificarmos o endereço se o problema é esse. E de repente assim, o que poderíamos fazer é no dia que a gente despachar fazer
294um telefonema: “o material saiu daqui hoje”; se tu tens que ir buscar no correio, se é dessa forma que tem que ser, daí tu vais
295esperar dois dias e ir no correio, porque, na verdade, outra maneira nós também não temos. Ou, então, a outra maneira que nós
296temos e que tem funcionado é encaminhar via “e-mail”, só que mesmo assim, por uma questão de segurança, nós temos
297mandado também via papel, mas vamos tentar evitar que isso aconteça, Susin, não era esse o objetivo. E por “e-mail” tu
298recebeste o material? **Sr. Geraldo André Susin:** Tem um problema que, às vezes, não abre, ou é configuração. Esses não
299recebemos. **Sr. Presidente:** Mais alguém dos Conselheiros tem tido problema de receber o material via “e-mail”? Então, Susin,
300vamos tentar sanar também isso, vamos verificar, de repente está muito pesado o arquivo, alguma coisa assim pode acontecer,
301de repente o provedor é de capacidade limitada. Então, vamos tentar-nos agilizar, o objetivo é facilitar que todos tenham o
302material para a gente poder trabalhar aqui no Conselho com a informação, sem a necessidade de ninguém ter que decidir algum
303voto aqui sem estar devidamente informado. Então, esse é o objetivo da Presidência do Conselho. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:**
304Eu queria fazer um registro que acho importante, para não passar em branco. A Conselheira Edi levantou uma questão que eu
305acho que é de fundo, em relação às coordenações das nossas reuniões do CONSEMA. O problema da composição da Mesa
306acho bastante grave, Sr. Presidente. Até se respeita a decisão da Secretaria de não participar do pleito para ser Presidente deste
307Conselho, mas, agora, não participar das sessões plenárias acho bastante preocupante, porque aqui é um fórum fundamental
308para a questão da gestão ambiental no Estado. Então, quando a sua coordenação oficial não participa das suas reuniões
309plenárias e muito menos compõe a Mesa, ou o que está colocado na lei de criação deste Conselho, é bastante preocupante.
310Acho importante frisar esse aspecto que nos deixa bastante temerosos quanto ao futuro do trabalho que nós desenvolvemos na

311gestão ambiental do Estado. **Sr. Presidente:** Retornando, podemos, então, iniciar a análise das Atas? Alguém tem algum
312considerando, alguma alteração que gostaria que fosse feita nas respectivas Atas? **Sr. Clóvis Zimmer:** Na linha 77,
313Lutemberger está escrito errado, é com “m” e sem “gu.” **Sr. Presidente:** Mais alguma alteração? Então, considerando o fato
314de não haver outras manifestações, colocamos em votação e aqueles Conselheiros que concordam na sua aprovação, por favor,
315manifestem-se levantando o crachá. Abstenções? Duas abstenções. Votos contrários? Então, foi **aprovada** a Ata da 75ª
316Reunião. Em relação à Ata da 76ª Reunião, da mesma forma gostaria de colocar em discussão. A palavra está à disposição.
317**Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, essa Ata está bem diferente das outras, não sei da forma como ela foi feita, está com
318vários pontos, tem inúmeros erros de português mesmo. Então, gostaria de começar com algumas anotações que eu fiz das
319nossas falas do Movimento Ecológico. Então, eu começaria com a linha 49, que tem um ponto também: “direto privado”,
320ponto, “pioneira no movimento ecológico”, ponto. Está muito cheio de pontos essa Ata. Ao invés de ser, na linha 49, “pioneira
321no desenvolvimento”, não, é “no movimento ecológico”. Na linha 52: “vem sendo muito utilizado por diversas outras
322instituições”, ponto, “e a ecologização participativa da sociedade”. Na linha 54: “ecologicamente sustentável”, ponto, “algumas
323das atividades que fizemos”, dois pontos. Na linha 60: “nós não recebemos nada”, ponto, “a AGAPAN é uma Entidade”. Na
324linha 61: depois de “remuneração” ponto, “separei ações nessas décadas”. Na linha 62: “elas se interpassam, não são estanques,
325isso é, não são só em uma década ou outra, acompanham-se”. Na linha 419: “criada estava nominada em lei a AGAPAN, o
326CEA, ASEPAN”, que está aqui FEPAM. Na linha 420: “nós solicitamos, então, quando houve a modificação da criação da
327SEMA”. Na linha 430: “porque era ADFG”. Na linha 431: “o vice-Governador Antônio Hohlfeldt”, está escrito errado o
328sobrenome dele. Seriam essas. **Sr. Presidente:** Srs. Conselheiros, mais alguma manifestação quanto à Ata? **Sr. Eduardo**
329**Osório Stumpf:** Só gostaria que fosse feito o resumo da Ata como era feito anteriormente, onde se faz um extrato da Ata por
330assunto e a deliberação final. **Sr. Presidente:** Em uma reunião foi solicitado que voltasse a ser feito dessa forma. Teve uma
331reunião onde isso foi solicitado que não se fizesse mais o resumo, mas sim que fizesse dessa forma. Então, houve um momento
332em que foi pedido a alteração disso, em função disso não está sendo feito mais dessa maneira, mas caso o Conselho assim
333entender, poderemos novamente voltar aquele ponto. É que todo mundo tinha que ler aquele documento e mais este, foi essa a
334alegação naquela época. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Tudo bem, se deliberaram assim. **Sr. Presidente:** mais alguma
335manifestação em relação à Ata da 76ª Reunião deste Conselho. Então, colocamos em votação, os Conselheiros que concordam
336com a aprovação da referida Ata, por favor, levantem o crachá. Conselheiros contrários? Um voto contrário. Abstenções? Três
337abstenções. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Não é contra a Ata, mas acho que, didaticamente, com todo o respeito, para um
338processo onde vamos encontrar uma vez por mês, é um pouco cansativo esse modelo. Eu sugiro, de repente, a criação de uma
339planilha onde possa ser exposta em um quadro, que a gente possa ter melhor observação, inclusive, poder fazer melhor
340comentário, cinco, seis folhas. Eu entendo assim, pela primeira reunião e pela primeira vez que eu vejo esse tipo de processo, é
341um pouco complicado até para a gente conseguir gravar, para conseguir, inclusive, tomar uma posição. Então, nesse processo
342onde é feita toda a fala das pessoas, não digo no extrato, mas uma coisa que possa, didaticamente, conduzir-nos a uma
343realidade dos assuntos, que a gente possa ter uma observação, inclusive, uma posição mais forte. **Sr. Presidente:** Eu entendo a
344sua posição, Coronel, mas, infelizmente, a Ata tem que ser apreciada na sua integralidade, porque se refere às manifestações
345das pessoas envolvidas, dos Conselheiros, eventualmente de algum convidado. Por isso este mês vocês devem ter recebido a
346Ata, provavelmente, com aproximadamente 15 a 20 dias de antecedência, justamente para que as pessoas possam lê-la e
347principalmente averiguar as suas manifestações, porque, na verdade, de uma forma geral é difícil eu gravar o que um outro
348Conselheiro fala, mas sei o que eu falei. Então, foi exatamente o que a Edi fez, ela se preocupou em conferir a Ata segundo as
349suas falas. E no CONAMA também é esse procedimento. Então, nós poderemos até estudar a possibilidade de fazer um
350resumo, alguma coisa desse gênero, mas será mais um documento que vamos estar produzindo e que no fundo a Ata vai ter que
351ser apreciada na sua integralidade. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Quero concordar plenamente com a manifestação do Presidente,
352dizer que nós tiramos aquele resumo justamente porque era um desperdício de papel e que todos os Conselheiros devem
353procurar pelo menos ler toda a Ata. É chato, mas é uma transcrição, é um documento, por isso ela tem que ser dessa forma. Não
354é um relatório, é uma transcrição de reunião. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Sr. Presidente, na realidade, esse documento não
355se trata de uma Ata, mas sim de uma transcrição. O que talvez se pudesse fazer é além desse documento chamado transcrição,
356ter um documento de uma folha, chamado Ata, onde se colocaria apenas a Pauta do que foi discutido e aprovado, ou seja, uma
357meia página para facilitar a vida de qualquer Conselheiro que queira consultar o que aconteceu na reunião do Conselho. Isso,
358normalmente, é o que se faz. Ata é uma coisa, transcrição é outra, nós estamos tratando de uma transcrição e fica difícil saber o
359que se tratou na Ordem do Dia, talvez uma Ata de meia folha dizendo: foi aprovado isso, foi aprovado o município e aquilo,
360decidiu-se fazer na próxima reunião aquele outro. Talvez alguma coisa assim facilitasse a leitura do que aconteceu neste
361Conselho ao longo do tempo. **Sr. Presidente:** Ok, Mauro, entendo e vamos fazer os estudos necessários para isso, não vou
362prometer que dá para fazer, mas vamos tentar. **Sr. Clóvis Zimmer:** Como sugestão, até em função da solicitação do
363Conselheiro Susin, não haveria a possibilidade de se avaliar, então, a disponibilização da Ata no próprio “site” da SEMA? **Sr.**
364**Presidente:** Na verdade, nós estamos estudando a possibilidade de ter uma página do CONSEMA, isso está em formatação. Aí
365a idéia é assim como o CONAMA, tem uma página do CONAMA e isso é publicado lá. Isso está em vias de, mas não dá para
366prometer que vai ser amanhã, mas a gente espera chegar a isso, Conselheiro. Aí, provavelmente, esse problema também estará
367resolvido, porque todos poderão consultar as Atas com antecedência e ter suas observações. Vencido esse item de Pauta,
368gostaria de fazer, então, a leitura das comunicações **2. Comunicações.** Nós recebemos o Of. 478/05, do Promotor de Justiça
369Márcio Rogério de Oliveira, onde ele coloca: “Sr. Presidente, o Ministério Público por seu Promotor de Justiça, signatário, no
370uso de suas atribuições legais, nos autos dos inquéritos civis: 24/04, 25/04, 26/04, 27/04 que integram, que investi na
371destinação dos resíduos sólidos da construção civil no Município de Chapada, Santo Antônio do Planalto, Coqueiros do Sul e

372Almirante Tamandaré do Sul, respectivamente. E considerando o teor do Ofício FEPAM SEMJ/MP n.º 952/04, processo n.º 373012923056704-0, recebido em 20-10-04, solicita no prazo máximo de 15 dias úteis que seja informado se já houve a expedição 374de resolução estadual complementar à Resolução n.º 307, do CONAMA. E em caso negativo a data provável de sua edição, 375bem como os aspectos por ela regulamentado”. Foi recebido no dia 08, nós estaremos respondendo amanhã, e esse documento 376dá a informação que na próxima reunião do CONSEMA nós já estaremos, provavelmente, trazendo à Plenária o documento que 377já foi aprovado nas Câmaras Técnicas, referentes à construção civil. Essa é a informação que me deu a Câmara Técnica de 378Assuntos Jurídicos, que na outra Câmara Técnica já tinha passado há um bom tempo e o assunto estava pendente na Câmara 379Técnica de Assuntos Jurídicos. Outro documento que nós recebemos é da APEDEMA, assinado pela Conselheira Edi Xavier 380Fonseca, por Coordenação da APEDEMA no Rio Grande do Sul, datado de 21-07, onde fala: “Srs. Conselheiros e 381Conselheiras, a Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul - APEDEMA, Entidade que reúne 382organizações não-governamentais, ambientalistas do Rio Grande do Sul, vem tornar público que em reunião realizada nesse 383último sábado em Porto Alegre, considera uma arbitrariedade o ato do Governador em exercício do Estado do Rio Grande do 384Sul, Sr. Antônio Hohlfeldt. O qual retirou do Plenário do CONSEMA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, a organização 385não-governamental ambientalista Núcleo Amigos da Terra – NAT, indicada por este colegiado ambiental e em pleno e legal 386exercício de seu mandato, cujo comportamento arbitrário e, obviamente, ilegal se traduz em uma cassação dissimulada de 387mandato, o que afronta os direitos democráticos e ambientais fundamentais da Constituição Federal e que não encontram 388guarda em um estado de direito. Outrossim, tal ato ditatorial, além de surpreender a todos que respeitam os processos 389democráticos e os princípios legais, desconsideraram uma prática costumeira e consolidada pela APEDEMA/RS e por todos os 390chefes do Poder Executivo Estadual desde o início do funcionamento do CONSEMA, há uma década, qual seja, aquele que 391garante que os coletivos das Entidades que indicam seus legais e legítimos representantes. Entendemos que todas as decisões 392tomadas por votação desse Plenário estão sob a suspeita da nulidade, pois sua composição, tendo em vista o acima citado, pela 393primeira vez no histórico do CONSEMA não observa os mínimos compromissos com a política ética, a democracia e a ordem 394legal vigente. Dessa forma propomos a esse Plenário que reivindique uma audiência com o Sr. Governador do Estado para 395tratar e resolver tal questão. Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos. Edi Fonseca”. Também assinado pela 396Conselheira Edi, recebi mais um documento, do Presidente da AGAPAN, é o Of. n.º 33/05, datado também da data de hoje, 397onde diz: “Prezado Senhor, em análise ao Estatuto Social da organização os Amigos da Floresta, constatamos que tal Entidade 398não se enquadra na Resolução n.º 292/02, do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA, bem como dos 399princípios estabelecidos pelo Movimento Ecológico Gaúcho. Devido ao exposto acima, consideramos que a organização 400Amigos da Floresta não pode preencher a vaga estabelecida pela Lei n.º 10.330/94, letra “I”. Gostaríamos de manifestar o 401nosso repúdio pela forma arbitrária, ilegal e desrespeitosa como tal Entidade assumiu de forma irregular a vaga da tradicional e 402respeitada mundialmente por sua atuação na defesa do meio ambiente, a organização não-governamental ambientalista Núcleo 403Amigos da Terra Brasil. Sem mais, atenciosamente”. Também recebi a relação das Entidades que fazem parte da APEDEMA: 404Associação Ambientalista Internacional – PANGEA, Associação Amigos do Meio Ambiente – AMA, Associação 405Ambientalista Biguá, Associação Bento-Gonçalvesense de Proteção ao Ambiente Natural – ABEPAN, Associação Canoense de 406Proteção ao Ambiente Natural – ASCAPAN, Associação Ecológica Canela - ASSECAN, Associação Ecológica Parceiros da 407Natureza – ASEPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN, Associação para Gerenciamento 408Ambiental – ALGA, Ação Nascente da Maquiné – ANAMA, Associação de Proteção Natural do Vale do Gravataí – APN-VG, 409Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Camaquã – APROMAC, Associação São-Borjense de Proteção ao Ambiente 410Natural – ASPAN, Centro de Estudos Ambientais – CEA, Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã – 411CLEPEI, Fundação Moã, Grupo Ambientalista Formigueiro – GAF, Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas – GESP, 412Movimento Ambientalista Verdenovo, Movimento Roessler para Defesa Ambiental, Núcleo Amigos da Terra/Brasil – NAT, 413Núcleo Araçá Piranga, União Pedritense de Proteção ao Ambiente Natural – UPPAN, União Protetora do Ambiente Natural – 414UPAN. Além desses dois ofícios também recebemos um ofício da Secretaria de Estado e Desenvolvimento dos Assuntos 415Internacionais, Of. n.º 079/05: “Prezado Senhor, comunicamos que a Conselheira Marta Dias estará impossibilitada de 416comparecer à reunião mensal do Conselho de Meio Ambiente – CONSEMA, que se realizará em 21-07, às 14 horas, na sede da 417SEMA, devido a compromissos assumidos anteriormente. Atenciosamente, Gilca Verle – Diretora Substituta”. Recebemos 418também do CREA o Of. n.º 569/05: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-los vimos consultar a Vossa Senhoria sobre a 419possibilidade deste Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Sul – CREA, contar com representante 420nesse Conselho Estadual de Meio Ambiente, tendo em vista que inúmeras de suas competências que dizem respeito à atividade 421de fiscalização é atribuída por lei a este Conselho Regional. Na expectativa da breve manifestação, cordialmente”. Isso será 422objeto também dos estudos da alteração da 10.330. Recebemos também um Ofício da OAB, datado de 20-07, ofício do 423Gabinete da Presidência da OAB, Of. n.º 625/05: “Nobre Presidente, em atenção ao recebimento do convite para participar da 42477ª Reunião Ordinária do CONSEMA, no dia 21-07 do corrente ano, a partir das 14 horas, na sede da SEMA, localizada na rua 425Carlos Chagas, n.º 55, 11º andar, sl. 1107, em Porto Alegre, agradeço pela gentileza. Devido a compromissos anteriormente 426assumidos pela OAB não poderei estar presente nesse evento, pelo o que solicito excusas. No entanto informo que a seccional 427estará representada pelo douto Auro de Quadros Machado, representante da OAB neste Conselho. No ensejo agradeço a 428atenção demonstrada, renovando os meus votos de apreço e consideração. Valmir Martins Batista”. Também recebemos um 429ofício da Secretaria de Agricultura, Of. n.º 485/05: “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente informamos que em 430virtude da impossibilidade do Sr. Adoralvo Schio comparecer na Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, 431a ser realizada em 21-07 do corrente, às 14 horas, na sede da SEMA, situada da rua Carlos Chagas, n.º 55, 11º andar, sl. 1107, 432informamos que esta pasta estará sendo representada pelo Sr. Paulo Fabres. Atenciosamente, Marcos Adriano – Chefe de

433Gabinete”. Recebemos também um ofício da APEDEMA – Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio
434Ambiente, datado de 06-07, é o Of. n.º 02/05, onde diz: “Ilustríssimo Sr. Valtemir, Presidente do CONSEMA, vimos pela
435presente solicitar a Vossa Senhoria que inclua na Pauta da próxima reunião do Conselho a questão da representação das ONGs
436ambientalistas desse Conselho. Nossa solicitação deve-se ao fato da cassação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e a inclusão de
437uma ONG não ambientalista em sua vaga, bem como o não-pagamento das despesas de viagem ao Centro de Estudos
438Ambientais – CEA, conforme determinação do Plenário do CONSEMA. A participação das ONGs ambientalistas está prevista
439no artigo 5, da Lei n.º 10.330/94, no entanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem impedindo a participação dos
440representantes dessas Entidades no CONSEMA. Na certeza do pronto atendimento de nossa solicitação, agradecemos
441antecipadamente. Atenciosamente, Káthia Maria Vasconcellos Monteiro – Núcleo Amigos da Terra”. Do Núcleo Amigos da
442Terra também recebemos um parecer, uma série de documentos referente ao processo de desabilitação da Entidade Núcleo
443Amigos da Terra e a inclusão do Amigos da Floresta. Em relação a isso gostaria de colocar esse assunto, se fosse possível,
444juntamente com a discussão do ressarcimento das despesas das ONGs e buscarmos uma alternativa de discussão sobre isso.
445Recebemos também da FIERGS um ofício, datado de 27-06: “Valtemir, Presidente do CONSEMA, prezado senhor, de acordo
446com a 71ª Reunião Ordinária do CONSEMA, a FIERGS foi incluída Conselheiro o integrante da Câmara Técnica Permanente
447de Mineração, nesse sentido estamos indicando o nosso representante Titular e Suplente conforme segue: Titular Irani Tadeu
448Ciocari, Suplente Fernando Carlos Becker. Sindicato da Indústria, da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras”. Recebemos
449também um ofício da Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro – AGABRITAS: “A Associação Gaúcha de
450Produtores de Brita, Entidade civil inscrita no CNPJ, sob o n.º 93203669/000-61, localizada na Praça Osvaldo Cruz, n.º 15, cj.
4511314, Centro – Porto Alegre, que tem como objetivo principal representar e defender os interesses dos seus associados, por sua
452Procuradora vem respeitosamente a vossa presença apresentar requerimento conforme fundamentos que passo a expor: a
453AGABRITAS é uma associação que congrega mais de 80 empresas produtoras de brita, areia e saibro do nosso Estado, que
454vem trabalhando no sentido de fomentar a produção mineral, orientar os mineradores para que produzam nas melhores
455condições ambientais possíveis, desenvolvendo o setor, os processos e as pessoas ligadas à atividade. Inicialmente, gostaria de
456parabenizar o Conselho pela publicação da Resolução n.º 083/04, que dispõe sobre a criação da Câmara Técnica Permanente
457para tratar da mineração no Estado do Rio Grande do Sul. A instalação dessa Câmara vem facilitar o diálogo e a busca de
458soluções conjuntas para o setor e o meio ambiente. Tendo em vista que até a presente data não se teve notícia da instalação da
459referida Câmara para que os conflitos atualmente existentes entre os órgãos públicos, ambientais e o setor sejam resolvidos com
460a maior brevidade possível, vimos solicitar informações que possam-nos trazer subsídios, a fim de que possamos-nos manifestar
461e participar no campo das idéias com relação às questões pertinentes ao meio ambiente. Gostaríamos que nossa Entidade fosse
462considerada como convidada. Nesse sentido pede deferimento, 11-07-05. Nilton Escabin – Presidente, e Nara Raquel Griqueos
463– Advogada”. Quanto ao convite à Associação acho que não tem problema nenhum, ela pode ser convidada, só que como
464Conselheira não pode ser, porque essa Associação não faz parte do sistema FIERGS. Inclusive, eles nos procuraram,
465Conselheiro da FIERGS, no sentido deles serem incluídos, mas as associações não fazem parte do sistema FIERGS. Então, ela
466poderia participar como convidada, mas não como Conselheira. Também recebemos um convite a todos os Conselheiros e
467gostaríamos que todos pudessem agendar. É um convite do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto,
468do Presidente da Assembléia, Irani Petrovski, do Secretário de Meio Ambiente, Mauro Sparta, e do Presidente da Comissão
469de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, Pedro Wesfalen. Tem a honra de convidar o Conselho Estadual de Meio
470Ambiente para a solenidade de lançamento do Programa Pró-Guaíba, Módulo II, a realizar-se no dia 02-08-05, no Auditório
471Dante Barone, da Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, às 10 horas. Isso foi um assunto que a gente levou aqui do
472Conselho para o Governo, fomos ouvidos, o Governador entendeu que o Pró-Guaíba tem que continuar, mesmo que a gente
473não consiga o financiamento internacional. E o objetivo desse evento é justamente dar um retorno à sociedade de que o assunto
474está tentando ser agilizado. Mais alguma comunicação que eu não tenha feito e, porventura, algum Conselheiro gostaria de
475relatar? **Sr. Clóvis Zimmer:** Eu tentei procurar na Ata anterior, não me lembro se foram abreviadas as comunicações, no
476sentido de que não aparece talvez o texto traduzindo todas as comunicações que tu tiveste feito. E eu não me recordo se foi
477comentado ou não, mas tu terias recebido um ofício da FIERGS com relação ao encaminhamento da proposta da alteração da
478Lei n.º 10.310. **Sr. Presidente:** O senhor tem razão, o assunto foi encaminhado, tenho o ofício e em seguida posso ler se for
479necessário, mas, na verdade, era o encaminhado de uma proposta que o Centro de Estudos Ambientais da FIERGS fez no
480sentido de estudar a alteração da 10.330, que é objeto da nossa reunião. Eu até não li o material agora porque eu ia ler em
481seguida, quando a gente vai tentar deliberar a criação de grupo aqui para estabelecer uma proposta para que a gente possa
482encaminhar isso, se possível, até o final do ano à Casa Civil. **Sra. Sílvia Capelli:** Só para registrar o interesse do Ministério
483Público em participar da Comissão se, eventualmente, for deliberação desta Plenária, como convidado. E também gostaria de
484registrar o recebimento de representação pelo Ministério Público Estadual, encaminhada pela APEDEMA e que versa sobre a
485composição atual do CONSEMA, fato que já foi referido pela Presidência nos comunicados anteriores. E gostaria de registrar
486que o Ministério Público está apreciando a matéria e pretende encaminhar à Presidência do CONSEMA um parecer em
487atendimento à representação e a manifestação da posição do Ministério Público quanto à representação da APEDEMA. **Sr.**
488**Geraldo André Susin:** Nós gostaríamos de pedir desculpas aos Srs. Conselheiros e Conselheiras, é que nós recebemos a Ata
489hoje e verificamos ali que consta uma colocação que nós assinamos o livro de presença e saímos. Então, pedimos desculpas,
490porque realmente foi isso que fizemos, é que fomos convidados pelo Governo do Estado, Secretaria da Educação, a participar
491do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas e itineramos a capacitação para professores e alunos, dos 16 nós
492passamos em 12 no Estado. E naquele mesmo dia, no dia que aconteceu essa reunião, à tarde, durante manhã e tarde houve a
493reunião de todas as coordenadorias regionais do Estado em um hotel, aqui em Porto Alegre. Até a Sandra Polino está aqui

494 presente, que nos convidou para participarmos dessa reunião em função da nossa contribuição, porque nós temos essa
495 capacitação não como movimento ecológico, não como ONG, mas sim como Conselho jovem. Precisava-se de uma Entidade
496 que tinha que trabalhar com angariar importância, estar lá não como movimento ecológico e sim como um Conselho jovem. Era
497 importante, a nossa proposta era assinar, entregar uma documentação, um ofício para que fosse apresentado, ir lá, fazer a
498 apresentação dos nossos relatórios e voltar para essa reunião. Não foi possível, inclusive, a reunião lá terminou depois das 20
499 horas naquele dia, foi bastante cansativo, e, inclusive, nós fomos prejudicados em função daquela documentação da
500 desabilitação do município. Depois nós vamos ter um ponto de Pauta que poderemos falar sobre esse assunto. Então, gostaria
501 de passar para a Sandra para confirmar ou me desmentir. **Sra. Sandra Garcia Polino:** De fato, o Geraldo participou conosco
502 do seminário de avaliação de formadores, que ocorreu, então, no Hotel Coral Tower, reunindo um grupo de professores e
503 demais integrantes do programa. A participação do Geraldo era bastante importante devido à participação ampla e efetiva dele
504 em praticamente todos os seminários de formação dentro do programa, e dentro, então, de um fechamento da primeira
505 conferência. Aproveitar também para fazer a divulgação do início da II Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, que a
506 partir de agosto deve estar sendo, enfim, já liberada pelo MEC e o Ministério do Meio Ambiente para as escolas. E nós
507 gostaríamos de contar também com a participação de todas as Entidades para fortalecer esse trabalho tão importante dentro da
508 nossa proposta de educação ambiental. Então, realmente, a insistência foi nossa, também não pudemos ter participado aqui e o
509 Geraldo, então, consideramos muito importante a presença dele em função da ampla participação dele nos seminários. **Sr.**
510 **Presidente:** Obrigado. Geraldo, entendo que está explicado. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Só uma pergunta, Sr. Presidente: no
511 ofício da OAB, não sei se entendi direito, foi convidado o Presidente da OAB, ele alegou impossibilidade de presença e enviou
512 um representante, é isso? Eu gostaria de saber se o representante está presente ou não. **Sr. Presidente:** Não está presente. **Sr.**
513 **Clebes Brum Pinheiro:** A minha pergunta foi no sentido de que sei que tem várias Entidades pleiteando a participação como
514 Conselheiro. Então, são termômetros que a gente pode vislumbrar em um futuro próximo para saber os compromissos mesmo
515 com Entidades que se propõem a ser Conselheiros e se efetivem na sua participação. **Sr. Presidente:** Passando para o próximo
516 item de Pauta, gostaria de passar a palavra para o Pieper, então, para fazer uma breve apresentação, que o próximo item de
517 Pauta é a Habilitação do Município de Pouso Novo. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só um esclarecimento. Para
518 mim não ficou claro se a solicitação da APEDEMA vai ser atendida para que se tenha em algum momento na reunião de hoje o
519 debate sobre a participação nas ONGs ambientalistas no CONSEMA. **Sr. Presidente:** Consulto a Plenária do CONSEMA,
520 porque, na verdade, não foi incluída na Pauta. **Sr. Geraldo André Susin (Questão de Ordem):** Nós fizemos uma referência à
521 Resolução n.º 07/00, Regimento Interno, no inciso V: “Leitura e deliberação sobre a Ordem do Dia”. Nós colocamos isso como
522 importante para esta reunião e as próximas, como foi sugestão da AGAPAN, que passasse a seguir o rito do Regimento.
523 Inclusive, antes de passar para esse ponto nós deveríamos apreciar isso e temos duas propostas já para inclusão nesta Pauta, que
524 é a habilitação de Caxias, como foi falado, e essa questão da APEDEMA. **Sr. Presidente:** Eu consulto os Conselheiros se nós
525 podemos incluir na Pauta a discussão referente à APEDEMA, ao problema criado com a retirada do Núcleo Amigos da Terra e
526 a inclusão dos Amigos da Floresta neste Conselho, que isso é o objeto de uma das solicitações. E o outro nesse item da
527 habilitação de municípios, onde estaríamos habilitando ou não o Município de Pouso Novo, incluirmos a discussão sobre o
528 Município de Caxias do Sul. Conselheiros, a palavra está à disposição em relação à inclusão ou não desses dois assuntos. **Sr.**
529 **Mauro Gomes de Moura:** Nesse assunto da inclusão da APEDEMA não tenho segurança. Pergunto se a Câmara Jurídica do
530 CONSEMA se posicionou sobre esse assunto para esclarecer o Plenário? **Sr. Presidente:** Na verdade, a Câmara Técnica de
531 Assuntos Jurídicos se posicionou, a Assessoria Jurídica da SEMA se posicionou sobre o ato do Governador em nomear os
532 Amigos da Floresta. Agora, no tocante aos assuntos, aos documentos novos que foram trazidos a este Conselho, não houve
533 mais reunião, até porque eu teria que deliberar pelo Conselho para encaminhar para a Câmara Técnica o assunto. Então, na
534 verdade, esse assunto ainda não foi encaminhado para a Câmara Técnica, esse assunto apenas passou pela Assessoria Jurídica
535 da SEMA, salvo melhor juízo, caso eu esteja enganado ou alguém pode-me corrigir. A informação que eu tenho é que a
536 manifestação que se deu foi do Diretor Jurídico da SEMA sobre o assunto. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só
537 complementando o que o Valtemir falou, na leitura do processo de substituição, do Amigos da Terra, e isso foi depois da
538 reunião passada, nós verificamos, então, como se deu todo o processo e nos foi possível ler e conhecer um pouco da ONG não-
539 ambientalista Amigos da Floresta, e ler, inclusive, o seu Estatuto. Então, são fatos novos que nós entendemos que até para
540 encaminhar esse assunto para uma Câmara Técnica, esse assunto deve ser de alguma forma debatido na Plenária, porque até a
541 reunião passada nós estávamos em cima de suposições. Nesse momento nós temos o processo onde a gente pode esclarecer
542 para todo o Plenário do CONSEMA como essa substituição aconteceu e porque a APEDEMA não concorda com esse
543 procedimento. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Eu faço a proposta desse ponto entrar na Pauta da próxima reunião, em vista da
544 manifestação do Ministério Público que tem uma representação e desses documentos virem à baila. Hoje acho que não tem a
545 mínima condição da gente discutir esse assunto. **Sr. Presidente:** Nesse momento nós não estamos discutindo o assunto, só
546 estamos discutindo se o assunto vai entrar na nossa Pauta da reunião ou não, aí, em seguida, faríamos essa discussão, Eduardo.
547 **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** A minha proposta é entrar na Pauta da próxima reunião ordinária. **Sr. Presidente:** Proposta
548 minha, senhores, que a gente faça uma breve apreciação do assunto aqui neste momento, durante esta reunião ainda, até para
549 que se tire um grupo que possa elaborar um relatório que possa especificar os assuntos que não ficaram claros. Muitas pessoas
550 aqui vão sair com dúvidas. Então, tem uma série de diligências que vão ter que ser tomadas no sentido assim: se diz a lei que a
551 ONG tem que ser ambientalista e que segundo o documento que recebemos da APEDEMA a Entidade que foi incluída não tem
552 essa característica, então, teríamos que também solicitar os Estatutos e registros de todas as Entidades ambientalistas que estão
553 no CONSEMA. Infelizmente tem que ser criado um grupo para fazer isso, se vai olhar para um tem que olhar para todos.
554 Então, a minha sugestão é que nesta reunião nós tirássemos um grupo para fazer isso e para a próxima reunião apresentar um

555relatório claro, inclusive, com as contribuições do Ministério Público. Eu pelo menos entendo que segundo o que nos foi
556colocado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiental, através da sua Direção Jurídica, o assunto teria tramitado e que não
557tinha mais o que fazer. Então, realmente, também não sei qual o caminho que se vai dar a esse assunto. Agora, gostaria de
558colocar para os Conselheiros a solicitação de incluir, quando nós falarmos aqui sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente, que
559também ficou prejudicado, porque a pessoa que ia falar sobre isso não compareceu à reunião e que também prejudica as nossas
560Entidades ambientalistas. Então, gostaria de juntar esse assunto APEDEMA com o Fundo Estadual de Meio Ambiente na nossa
561reunião de hoje. Pelo menos a gente dá um encaminhamento ao assunto, e quanto ao assunto de Caxias incluiríamos nesse
562terceiro item da Pauta, que é a Habilitação do Município de Pouso Novo. Todos concordam que a gente continue a reunião
563dessa forma? Então, faríamos, primeiro, o assunto referente a Pouso Novo e em seguida, Susin, você me ajuda a encaminhar o
564assunto de Caxias do Sul. Então, por gentileza, a palavra para o Pieper, que é o Coordenador do SIGA. **3. Habilitação do**
565**Município de Pouso Novo. Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, queria dar conhecimento à Mesa também que tem a
566representação tácita da Secretaria, como de resto todas as Secretarias, ou a maioria das Secretarias o tem dessa forma. Como de
567resto ocorre nas últimas reunião que eu tenho visto, pelo menos assim o é. Então, até me abstive de votar na aprovação das Atas
568porque não estava devidamente instruído por não ter sido representante nas outras reuniões. **Sr. Presidente:** Pieper, só
569lembrando, existe todo um rito legal de Titular e Suplente do Conselho. Então, não tem problema de você ser indicado, mas
570temos que seguir todo o rito, não pode ser só para essa próxima reunião, senão todos também vão-se sentir nesse direito. Então,
571na verdade, nós temos esse rito que tem que ser seguido. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O rito é conhecido, apenas que o costume
572aqui acho que subjulgou um pouquinho esse rito nas últimas reuniões pelo menos. E por isso viemos também tacitamente,
573repite. Vou passar, então, como me cabe sempre, ao relatório dos municípios, dessa vez apenas do Município de Pouso Novo.
574O Município de Pouso Novo é uma área territorial de 110 quilômetros quadrados, altitude média de 600 metros, está na Bacia
575do Taquari/Antas, mais precisamente a subacia do rio Forqueta. Distância da Capital 170 quilômetros, de Lajeado 45 e de
576Soledade 65 quilômetros. A população é de 2.189 habitantes, 40% no meio urbano e 60% no meio rural. O processo é de
577novembro de 2001 e teve alguns indicativos de inconformidade, por isso teve também três pareceres da Assessoria Jurídica,
578mas o Município veio a complementar todos os documentos exigidos. E foi, então, votado na Comissão de Municipalização no
579dia 20-06-05. Os documentos que compõem, tem a lei de criação do fundo, a lei de criação do Conselho, a composição do
580Conselho: são seis Entidades, as do Poder Público o Departamento de Meio Ambiente, a Secretaria de Agricultura Municipal e
581a Secretaria da Administração e Fazenda; e da sociedade civil o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Ciclo de Pais
582e Mestres da Escola Estaduais de 1º e 2º graus de Pouso Novo. A portaria de nomeação dos representantes e há também a Ata
583de funcionamento do Conselho. A equipe técnica é composta por uma Bióloga, Cristiane Menegheti Paludo, responsável pelo
584licenciamento, e a fiscalização é feita por Ionara Piletti, ou será feita por Ionara Piletti, servidora municipal. Ainda uma equipe
585multidisciplinar, um contrato de prestação de serviços com a Empresa Pró-Ambiente Planejamentos e Serviços que põe à
586disposição técnicos para os laudos complementares, o os laudos a subsidiarem o processo de licenciamento. O Município tem
587as leis de licenciamento, de taxa e de sanções, como é exigido, possui um Plano Diretor, aprovado agora no ano de 2005, aliás,
588em relação a Plano Diretor, ou lei de diretrizes urbanas. Ele dispõe de uma lei municipal, não exatamente do Plano Diretor, mas
589uma lei de diretrizes urbanas e um plano ambiental, onde consta a equipe técnica, que foi devidamente aprovado pelo Conselho
590Municipal de Meio Ambiente. Consta a previsão da consulta pública e tem a estrutura política administrativa voltada ao meio
591ambiente como exige a Resolução n.º 011/00. Passando a alguns diagnóstico, o resumo, uma síntese do parecer: a pecuária é
592significativa, inclusive, a região é de confinamento de animais. As indústrias relevantes são de madeira, móveis e ervateira,
593embora não muito relevante a indústria no Município, e o grande propulsor é sem dúvida a agricultura com as culturas do
594milho, trigo, feijão e uva. O abastecimento de água é realizado através de poços artesianos e reservatórios, e a rede de esgoto é
595formada por fossas sépticas e sumidouros, não, então, o encanamento. Resíduos sólidos são coletados pela Empresa Conesul,
596de Santa Cruz do Sul, não existe coleta de resíduos industriais por haver pouca produção. A educação total: 257 alunos, possui
597uma escola estadual para 312; então, a municipal 257, a estadual 312 e possui apenas um posto de saúde e ambulância na
598questão saúde. A questão do clima, temperatura entre 13 e 18 graus, precipitação média 1.700 milímetros, mais ou menos.
599Região formada por rochas e efusivas básicas da formação serra geral, genericamente denominado basalto. A vegetação
600remanescente encontra-se nas encostas e em cristas de difícil acesso, que pelo que conheço o Município não é difícil de
601encontrar lá. Fator bióticos, tenho a descrição da fauna e flora, diagnósticos de impactos, projetos, zoneamento ambiental,
602possui alguns mapas no projeto. E os programas e projetos são cinco: mata ciliar, Projeto Borrachudo, arborização urbana,
603conservação dos solos e educação ambiental. A Comissão de Municipalização encaminhou à Câmara Técnica com parecer
604favorável e a Câmara Técnica por sua vez encaminhou aqui ao CONSEMA, também acompanhando a Comissão e aprovando
605como sugestão para homologação aqui no CONSEMA. **Sr. Presidente:** Pergunto aos Conselheiros, algum Conselheiro gostaria
606de pedir vista? Então, continuamos a discussão. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só tenho uma coisa a colocar que me chamou
607atenção, que esse material não foi entregue, também foi entregue por “e-mail”, mas depois foi mandado por Sedex, eles não
608estão assinados. Esses dois pareceres, tanto da Relatora como o teu, Pieper, como Coordenador da Câmara Técnica, não estão
609assinados. Considero que esses pareceres devem ser assinados. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Desde a época da aprovação eles
610estavam assinados. Na verdade, é encaminhado por meio eletrônico e não havia sido posto sequer o nome do Relator, e ele está
611colocado à mão. O relatório é da Maria Cristina Flora Souza. **Sr. Presidente:** Está devidamente assinado no processo que
612consta aqui. Mais algum questionamento dos Conselheiros? Enquanto vocês pensam, só lembrando ao Conselheiro Susin que
613eu recebi aqui o documento dos correios, o documento foi encaminhado no dia 13-07. Então, vamos ter que verificar, os
614correios estão com alguns problemas, então, refletiu em ti, refletiu no Susin. Brincadeirainha, Susin! Então, todos em condições
615de colocarmos o assunto em votação? Por favor, Conselheira. **Sra. Laura Londero Cruz:** Eu gostaria de uma informação, se

616esse Projeto Borrachudo que consta como um dos projetos do Município está sendo feito em conjunto com a Secretaria da
617Saúde? Porque informo que foi lançada uma norma técnica para a elaboração desse projeto e nós não gostaríamos que o
618Município estivesse fazendo um trabalho paralelo. **Sr. Niro Afonso Pieper:** A representação do Município gostaria de falar,
619mas não sei, acredito que sim. E sem nenhum problema dizer que a representação da Secretaria apontou alguma
620inconformidade em relação à execução, é de conhecimento do Município já e foi colocado na reunião da Câmara Técnica, não
621há problema de dizer. A Secretaria foi diligente lá também a respeito desse assunto. **Sr. Presidente:** Não entendi. Existe a
622participação da Secretaria de Saúde ou não no programa? **Sr. Adilson Sena Rodrigues:** Eu sou o Assessor Técnico do
623Departamento de Meio Ambiente. A respeito do Projeto Borrachudo a Secretaria da Saúde é que toma ponta nessa questão e a
624Secretaria de Meio Ambiente assessora. É um dos nossos ícones também o Projeto Borrachudo, porque envolve a água,
625envolve mata ciliar. Então, nós estamos engajados nessa campanha, mas lá na ponta mesmo quem puxa é a Secretaria de Saúde,
626porque ela tem mais verbas, mais condições de movimentar o projeto. **Sra. Laura Londero Cruz:** Só gostaria de esclarecer à
627Plenária porque eu fiz esse questionamento, e acho interessante a resposta do colega, porque esse está sendo um programa que
628a Secretaria da Saúde está puxando para a área também da questão da vigilância ambiental. Realmente, é um agravo muito mais
629ambiental do que de saúde, sabe-se que aqui no Estado do Rio Grande do Sul o borrachudo ou o simulídio não é um
630transmissor de doenças, apesar de em outras regiões ser considerado como um vetor transmissor da oucoserose,
631principalmente na Amazônia. Aqui no Estado do Rio Grande do Sul ele não é transmissor de nenhuma doença, mas ele é para
632nós um indicador das condições ambientais da região. E a gente não queria que ficasse desvinculado desse nosso trabalho.
633Obrigada. **Sr. Presidente:** Mais algum questionamento? **Sr. Adilson Sena Rodrigues:** Concluindo, o nosso trabalho na
634relação do borrachudo, no começo do trabalho assessoramos a patrulha do meio ambiente. Existe ainda muitos focos de
635borrachudo no Município, isso é fato. O que nos passou o Prefeito na Administração passada? Que estava ocorrendo
636contaminação e não sabia o que estava ocasionando. Começando a executar as atribuições do Município, encaminhamos o
637projeto de licenciamento de todos os suínos e aves. Então, todos eles já estão protocolados junto à FEPAM e junto ao
638Departamento de Meio Ambiente, foram aprovados. Então, nesse sentido, nessa etapa já sabemos que a contaminação não está
639ocorrendo por esse potencial poluidor, que é uma das principais atividades do Município, que nós tínhamos idéia que era aí o
640que estava ocasionando. Nós partimos que não é de suínos e aves, que é um dos fatores de geração de poluição do nosso
641Município. Então, praticamente todos estão com projetos de licenciamento ambiental e acompanhados por seus respectivos
642responsáveis técnicos. Então, esse é um dos nossos tópicos no Município. Obrigado. **Sr. Presidente:** Mais algum
643esclarecimento? Colocamos, então, em regime de votação. Por favor, Srs. Conselheiros, quem concorda com a habilitação do
644Município de Pouso Novo para gestão ambiental e o licenciamento ambiental das atividades de impacto ambiental, por favor,
645manifeste-se quem vota a favor; votos contrários? Abstenções? Então, aprovado. Gostaria de pedir desculpas à Plenária, porque
646na hora que estávamos discutindo a possibilidade de incluir o assunto Caxias do Sul aqui na nossa Pauta, esqueci de incluir
647uma outra solicitação. Na verdade, a gente tem que dar só um encaminhamento, mas, lamentavelmente, eu me passei, que é
648uma solicitação do Município de Canoas, onde o Município encaminhou para o Conselho Estadual uma solicitação. O
649Município de Canoas é habilitado, mas que agora gostaria de não ficar só com as atividades que estão delegadas através das
650resoluções do nosso Conselho, mas efetuar um convênio e com esse convênio licenciar outras atividades que é legalmente
651pertinente. Isso passa, necessariamente, pela Câmara Técnica e pela FEPAM, porque a delegação, na verdade, dessas outras
652atividades não se dá pelo CONSEMA e sim pela FEPAM, que é o órgão licenciador do Estado. Então, gostaria de pedir, se os
653Conselheiros têm alguma coisa em contrário de também incluirmos nesta Pauta Habilitação aqui o assunto Canoas, mas,
654inicialmente, falaríamos de Caxias do Sul. Então, em relação a Caxias do Sul. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Mas não tem que
655passar pelo CONSEMA? **Sr. Presidente:** É que, na verdade, veio um ofício e eu sou obrigado a me manifestar. Então, na
656verdade, o ofício de Canoas solicita, inclusive, manda aqui que hoje Canoas tem lá 4 biólogas, 1 engenheiro agrônomo, 2 civis,
6571 engenheiro eletricista e urbanista, chefe em Engenharia Ambiental, 1 rapaz licenciado em História e Geografia, 1 engenheiro
658químico, 2 engenheiros florestais, 1 arquiteto, 1 médico veterinário, 6 fiscais e 106 agentes de defesa e vigilância ambiental.
659Essa é a equipe técnica da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente de Canoas, e eles baseados nisso estão solicitando. Só gostaria
660que o Conselho tivesse conhecimento que Canoas está solicitando a delegação de competência e esse assunto vai ser
661encaminhado para a FEPAM para análise. Depois, caso seja feito, Mauro, o convênio, gostaríamos de informar o Plenário de
662que isso foi feito, porque hoje no Estado nós temos três casos de convênios assinados, que é o Município de Porto Alegre, que
663além do que as resoluções estabelecem, Porto Alegre assumiu todo o licenciamento ambiental. É Porto Alegre, Caxias, que não
664é todo, é parcial, que vamos discutir em seguida o assunto Caxias, e o terceiro Município que houve delegação de competência
665foi Novo Hamburgo. Na verdade, Novo Hamburgo foi o primeiro em tempo, mas só gostaria que o Conselho soubesse. E isso,
666na verdade, não depende do Conselho, mas é importante que o Conselho conheça, é por isso que eu tomei a liberdade de trazer
667isso para que os senhores e senhoras soubessem. Então, em relação a Caxias do Sul, vou tomar a liberdade de ler, tem um
668processo aberto e a solicitação da ALGA. Esse processo é datado de 15-10-04, na verdade, nós é bem 15-10, porque foi o dia
669que o Susin apresentou, e ele tem um número, que é o n.º 17506-05.00/040. Esse é o processo que foi aberto em função das
670denúncias feitas por um Conselheiro deste Conselho e que daí o Presidente Dilda, então, Presidente do Conselho, encaminhou
671esse assunto para a Secretaria Executiva, que encaminhou esse documento, inicialmente, para a Câmara Técnica de Gestão
672Compartilhada. Só que a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada na época se julgou, entendia que não cabia a ela analisar
673esse assunto e sim a Comissão de Municipalização da SEMA e o Setor Jurídico da SEMA. O assunto, então, passou por esses
674 trâmites, até gostaria de pedir se o Pieper tem alguma coisa a mais para colocar em relação a isso. E depois disso, em 17-07-05
675houve o ofício que eu vou ler agora, que é o ofício que a ALGA protocolou na última reunião: “Sr. Presidente, vimos por meio
676deste solicitar a distribuição da matéria jornalística sobre a seguinte denúncia: ‘O Ministério Público Estadual denunciou à

677justiça 17 pessoas por supostas fraudes na Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Administração’. Solicitamos também
678que os referidos textos contidos nas páginas sejam inseridos na Ata do CONSEMA no presente dia. a matéria foi vinculada em
67909-07”. Material esse que todos nós recebemos no CONSEMA. “Aproveitamos a oportunidade para transcrever abaixo o texto
680de editorial no dia 10-06, o qual externa a opinião do Jornal O Pioneiro: ‘Prejuízos incalculáveis’. Se confirmadas as
681irregularidades na gestão passada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente a comunidade caxiense sofrerá prejuízo que vão
682muito além da questão financeira. Empreendimentos que contribuíram para o crescimento da cidade estarão ameaçados e
683Caxias com a sua imagem manchada no segmento ambiental do Estado. As denúncias devem ser apuradas com maior rigor.
684Estamos à disposição para mais informações pelo telefone. Sendo o que nos apresenta, aproveitamos o ensejo para reiterar
685protestos de estima e consideração”. É assinado pelo nosso Conselheiro Geraldo André Susin. Depois desse assunto, na
686verdade, o que nós entendíamos e a Presidência entende assim, que a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada não tem
687elementos suficientes para dar uma opinião se desabilita ou não. Entendemos nós que os documentos técnicos pertinentes ao
688assunto devam ser passados, necessariamente, à Comissão de Municipalização e à Assessoria Jurídica da SEMA. Antes da tua
689manifestação, Susin, gostaria que o Pieper complementasse em relação ao que eu estou falando. Existe alguma coisa a mais ser
690dita? **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sim, Sr. Presidente, as informações que o senhor traz são corretas, inclusive, o senhor era
691integrante à época da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Além dessas eu acrescentaria a parte que nos cabe como
692Comissão de Municipalização, onde também julgamos que não era exatamente o local para decisão, haja vista que o Município
693de Caxias do Sul detém uma competência além daquela da Resolução n.º 05, e agora 102, tendo ele um convênio com a
694FEPAM. Por isso encaminhamos cópia do processo juntamente com a deliberação da Comissão, acrescentando ainda cópia de
695dois processos dos relatórios da gestão feitos pela Prefeitura de Caxias do Sul, através do Departamento à Assessoria Jurídica
696da FEPAM. Portanto, de lá não tivemos mais retorno a respeito desse assunto, que foi debatido tanto na Câmara Técnica
697quanto na Comissão de Municipalização. **Sr. Geraldo André Susin:** Eu gostaria só de corrigir uma situação. Esse assunto já
698vem de 2001 sendo falado neste Conselho, até me lembro que na época do Langone, nós vínhamos levantando essa questão da
699habilitação de municípios e como seria o dispositivo de defesa, um mecanismo de segurança para que os municípios realmente
700cumprissem com a sua palavra, cumprisse com a sua responsabilidade. E só deixando bem claro, nós somos municipalistas,
701somos a favor da municipalização, do licenciamento local. Outra informação, esses fatos surgiram com denúncia do próprio
702Jornal O Pioneiro, com a liberação de encenador industrial assinado no Município, e começou por ali. Houve várias denúncias,
703inclusive, elas aumentaram quando servidores da Prefeitura foram chamados no Ministério Público e não sei por que abriram
704todo o jogo. Então, até parece, permitam-me um desabafo, parece que o culpado de tudo isso é a ALGA, somos nós, somos nós
705por ter trazido aqui. Não, isso foi um problema que surgiu lá, levantou uma pedra, saiu a ponta de um “iceberg” imenso, são 17
706pessoas, 47 crimes ambientais, é uma situação gravíssima. O nosso papel foi fazer o quê? Levantar esses dados no Ministério
707Público, isso está contido, e trouxemos para cá, por que qual é a nossa competência como Conselho Estadual? É habilitar. O
708que diz a lei? Em caso de crimes ambientais, ou descumprindo a lei, desabilita-se. Eu gostaria de fazer uma analogia, uma
709comparação: quando a gente cria uma criança qual é a nossa responsabilidade? É educá-la. Como a gente educa essa criança? É
710na educação formal, ou não-formal, ou informal pela imprensa, é levar conhecimento para sensibiliza-la, para que ela
711estabeleça relações, e estabelecendo relações nós todos aumentamos o nível de consciência. Eleva a consciência, leva
712informação, sensibilização e elevamos a consciência coletiva. No caso de uma criança a gente educa também muito com
713limites, criança que não tem limites é uma criança sem educação. Então, com limite a criança passa a entender, pede limite a
714criança, aí ela vai desenvolvendo, começa a engatinhar, começa a rolar, começa a ficar em pé, caminhar, andar de bicicleta,
715essa é a evolução. Então, com limite. A frustração, quem estuda Psicologia, a frustração é importante, o não para uma criança é
716importante, é educativo, uma criança que crescem sem um não vai ser um adulto complicado, um delinqüente muitas vezes, ou
717um político corrupto, ou outras coisas piores. Então, esse processo de habilitação passa por aí, é um processo educativo, a gente
718tem que deixar a criança engatinhar, virar de costas, rolar, andar, para depois ela aprender a correr e andar de bicicleta, mas é
719um processo. **Sr. Presidente:** Mas qual é a tua proposta? **Sr. Geraldo André Susin:** É desabilitar o Município por tudo que
720está aí, nem que seja, já levamos ao Conselho Municipal, que depois de seis meses voltou a se reunir, uma sugestão que se
721desabilite por 24 horas. Por que o que vai parecer? Que este nosso trabalho aqui é um trabalho de “vaca de presépio”, nós
722estamos aqui liberando, liberando e cumprir a lei, que é o Município fazer a sua parte não é feito. Então, o que sugerimos aqui?
723Porque aos olhos dos outros municípios, eles estão olhando: “pô, eles liberando e não fiscalizam”, que é a nossa competência,
724“então, a coisa está solta mesmo, vamos fazer o banzé”. E na penúltima correspondência deixamos bem claro, não é para punir
725a população, não é para punir o atual Governo, porque isso foi uma coisa do Governo passado, mas se não tiver um limite
726vamos estar abrindo um grave precedente onde todos os municípios no final de uma Administração fazer o que quiserem: “não,
727o problema vais em relação da outra mesmo”. Então, é por uma questão legal, cumprindo a lei, o nosso papel aqui é desabilitar,
728é uma forma corretiva, depois voltar a habilitação, que é importante Caxias, são 400 mil habitantes, o segundo maior PIB do
729interior. Então, a nossa proposta é a desabilitação para cumprir a lei e não enrolar, senão abre um precedente e este Conselho
730fica desconsiderado. **Sr. Presidente:** Concordo, Susin, só que eu entendo assim: nós não somos deuses e não somos os donos,
731nós temos um País, temos uma Constituição, ela tem que ser cumprida. Eu entendo que até o momento, salvo melhor juízo,
732posso estar enganado, mas segundo a informação que eu tenho, até hoje não foi chamado o Município oficialmente a apresentar
733quais foram as atitudes tomadas depois das denúncias feitas. Segundo a informação que me foi passada pelo Secretário
734Municipal de lá, ele anulou todas as licenças no dia que assumiu a Secretaria, dia 02-01. Ele determinou uma sindicância e a
735anulação imediata de todas essas licenças que estavam sob suspeita. Então, entendo eu que temos que dar o direito do
736Município se defender, não é simplesmente um processo que hoje nos reunimos e desabilitamos. Eu entendo, Susin, toda a tua
737postura, até reconheço e se eu estivesse representando uma Entidade ambientalista, certamente, estaria fazendo da mesma

738forma. Agora, nós não podemos, legalmente, o Susin até um dia disse: “Valtemir, desabilita ele por 30 segundos e habilita de
739novo”. É que tecnicamente não é assim, se eu desabilitar ele vai ter que fazer todo o procedimento na Comissão de
740Municipalização, vai ter que protocolar, vai ter que ser feito um relatório, vai ter que passar pela Câmara Técnica e depois
741voltar para este Plenário para se habilitar de novo. Eu até concordo com muitas coisas que são colocadas, só que, às vezes, a
742gente fica engessado pela legislação e também pelo direito de defesa. Então, a minha sugestão em relação ao assunto Caxias do
743Sul, até porque o assunto não evoluiu, e ao que parece não foi ouvido o Secretário. Então, a minha sugestão era repassar esse
744assunto para a Câmara Técnica como prioridade para a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, ou seja, para a próxima
745reunião que nos apresente um relatório da situação, que seja ouvido o Secretário Municipal. Se o Município tomou as medidas
746cabíveis em relação ao erro cometido eu entendo que não tem razão de nós desabilitarmos o Município, agora, se não tomou é
747outro assunto. Agora, tem que ser ouvido o Secretário primeiro, ou o Prefeito, mas nesse caso não é o Prefeito porque é o
748Secretário que responde pela pasta. E também há o Ministério Público lá de Caxias, a parte criminal, está vendo como
749funciona? Eu sempre digo quando todo mundo diz: “ah, temos que fiscalizar os municípios”; está aí, o Ministério Público
750fiscalizou e está dando resultado. Então, essas pessoas, podem ter certeza, o crime ambiental que cometeram elas vão pagar.
751Agora, em relação a nós CONSEMA, se todos concordarem gostaria de fazer o seguinte encaminhamento em relação a esse
752assunto: encaminharmos o assunto para a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, que, conjuntamente, com a Comissão de
753Municipalização da SEMA para que na próxima reunião apresente um relatório da situação e que possam embasar os
754Conselheiros em um voto, porque hoje nós só estamos ouvindo um lado. A gente sabe que essas coisas aconteceram, só que
755trocou a Administração e as pessoas que estão lá tomaram posturas diferentes. Eu sei da informação do Secretário, que ele
756criou uma Comissão de Sindicância, pegou aquelas licenças que foram feitas lá, houve 200 licenças assinadas em um dia, isso
757tudo gera indício de que aquilo ali estava errado. Então, o que ele fez o Secretário? Inclusive, ele é um advogado com
758especialização na área ambiental, ele foi lá, pegou essas licenças e colocou de lado, demitiu os funcionários que estavam
759envolvidos nesse problema. Então, essa é a informação que eu tenho, só acho que o Conselho tinha que ter essa informação
760oficial do Município. Então, a minha sugestão, se os Conselheiros aceitarem como forma de encaminhamento, que o assunto
761fosse encaminhado para a Câmara Técnica e para a próxima reunião tivesse um relatório, isso como prioridade, mas, por favor,
762o assunto está em discussão. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Só para não parecer que houve inércia, não relatei, mas a Comissão de
763Municipalização, aliás, vem fazendo isso todos os meses em que há três reuniões, ela vem-se deslocando ao interior para a
764verificação “in loco” de algumas situações e, normalmente, escolhe onde há suspeitas ou denúncias. Então, fomos ao Município
765de Caxias do Sul, visitamos e tivemos também esse relato que o Presidente acabou de passar a respeito da sindicância, a
766respeito da reversão de algumas licenças. Só discordo e divirjo quanto à posição da Câmara Técnica, porque ela pelo menos já
767manifestou isso, que não lhe cabia a decisão. Portanto, acho até que cabe muito mais à SEMA, e para isso pediu as instruções,
768para que pudesse ser instruído ao processo eventual de desabilitação. E parece que, institucionalmente, tenha que ser forçada a
769resposta a algum ofício que esteja no meio do caminho, porque me parece que se a SEMA encaminha o processo de
770habilitação, também a SEMA deveria encaminhar os pedidos de desabilitação. E por isso me parece que a Câmara Técnica
771também se manifestou no sentido de não lhe caber o posicionamento, embora o processo esteja hoje na Câmara Técnica. **Sr.**
772**Clebes Brum Pinheiro:** O meu comentário, na verdade, é para corroborar com o que o colega da SEMA falou, no meu parecer
773é a leitura correta, a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada já se posicionou sobre essa questão de que não é mais
774competência dela, já passou. Então, retornar para essa Câmara Técnica agora não estaríamos avançando nessa discussão de
775Caxias do Sul. O encaminhamento seria SEMA e Assessoria Jurídica da SEMA, daí junto com o Ministério Público, com a
776Prefeitura, aí a SEMA que busque os seus instrumentos para chegar a algum encaminhamento. E é bom fazer um destaque aqui
777que independente da questão dos impactos legais habilitados por este CONSEMA ao Município de Caxias existe um convênio,
778que é uma questão inerente ao CONSEMA, que é uma prerrogativa da FEPAM enquanto órgão do Estado firmar um convênio
779com a Prefeitura. Então, pode, digamos, é uma suposição, que o Município venha a ser desabilitado e impacto local, ele vai
780continuar com o convênio com a FEPAM para licenciamento de atividades bem mais complexas do que aquelas ditas de
781impacto local. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** O que eu quero falar vai ao encontro do que o Valtemir falou, que
782eu acho importante ouvir a outra parte, ouvir o Prefeito, ouvir o Ministério Público. Esse é um assunto que tem sido trazido a
783este Plenário já várias vezes, em várias reuniões, a gente não consegue avançar, a gente não conhece o outro lado. Eu acho
784importante, até para o Prefeito poder chegar aqui e dizer o que ele fez e a gente poder acreditar que ele tomou providências e
785que o problema foi sanado. Se não é o caso de levar para a Câmara Técnica, trazer para a Plenária do CONSEMA para termos
786conhecimento do assunto, e depois que tivermos conhecimento aí a gente vai pensar se vai desabilitar ou não. **Sr. Sérgio Luiz**
787**de Carvalho Leite:** Eu gostaria de lembrar o histórico da habilitação do município de Caxias. Acho que a maior parte dos
788Colegas não estavam aqui, ou do convênio, talvez alguns Colegas que estavam acho que há três, ou quatro anos, aqui possam-
789me ajudar, eu acho que foi um processo meio conturbado. Esteve aqui presente um representante do Município de Caxias, que
790ele por duas vezes foi personagem de um episódio bastante peculiar aqui junto a este Conselho. Eu, inclusive, pergunto se esse
791representante faz parte também desse relato do que agora ocorreu? Eu me lembro que esse representante de Caxias esteve aqui
792e teve um posicionamento muito peculiar. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu só queria colocar na mesma linha do Conselheiro
793Clebes, que certamente esse processo e essa desabilitação, se vier a ocorrer, ou vier a ser apreciada aqui, não deverá ser
794desconhecida a questão de ser um Município conveniado. Até por isso na minha primeira participação sobre Caxias do Sul
795relatei que foi encaminhado à FEPAM justamente porque teríamos que na questão de analisar se ultrapassou ou não a
796competência, primeiro, que se analisar a competência maior, que é a competência do convênio do qual nós não tínhamos
797conhecimento. Por isso encaminhamos à FEPAM, por isso a Comissão encaminhou à FEPAM, primeiro temos que saber se a
798eventual extrapolação de competência ultrapassou também o convênio, porque nós saberíamos responder a respeito da

799ultrapassagem da Resolução n.º 05, ou da 102. Por isso oficiamos à FEPAM. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria de me
800manifestar sobre o seguinte: primeiro, é de competência deste Conselho habilitar e desabilitar municípios. Portanto, se esse
801assunto voltou à Pauta tem que ser encaminhado e deliberado pelos trâmites legais do Conselho, que é passar pela Câmara
802Técnica de Gestão Compartilhada, depois pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e voltar à Plenária para a Plenária se
803manifestar. É assim que são os procedimentos do Conselho. Quero dizer que a gente deveria convidar, então, como sugeriu o
804Presidente, o Prefeito do Município, Ivo Sartório, para que ele venha aqui explicar sobre esses incidentes que estão ocorrendo
805em Caxias do Sul quanto ao licenciamento ambiental. Segundo, gostaria de colocar que esse convênio com a FEPAM só é
806possível ser feito se o Município já foi habilitado com o licenciamento de impacto ambiental. Se ele não tiver esse primeiro não
807tem convênio com a FEPAM, ou, então, o convênio, automaticamente, não tem validade também, uma coisa depende da outra.
808Então, essa questão que está sendo discutida aqui, que o convênio pode seguir, então, os municípios vão só fazer convênios
809com a FEPAM e não vão precisar de licenciamento de impacto ambiental local. Então, acho que há um equívoco aí dos
810representantes dos funcionários da FEPAM em relação a esse tema. **Sr. Geraldo André Susin:** Respondendo ao Conselheiro
811Sérgio, o Secretário que esteve aqui, o nome dele era Édio Elói Frisso, ele é uma das 17 pessoas denunciadas pelo Ministério
812Público por crime ambiental, onde a justiça acatou. E sobre o que outro Conselheiro colocou, no total são 46 crimes, estão
813identificados, e vão desde concessão de licenças as quais o Município não estava habilitado, até falsidade ideológica e
814prevaricação. E para concluir, a metade deles, esses problemas, é com loteamentos, sendo que tem uma matéria do Jornal O
815Pioneiro que coloca ali que um dos loteamentos recebeu a licença fora, que a média do custo de lote é de 25 mil reais, 280 lotes
816nós estamos falando em um só loteamento de um montante de 7 milhões. Então, em época de denúncias, época da gente passar
817a limpo este Brasil, em época da gente não sermos omissos, temos que tomar providências, pelo menos nós estamos
818encaminhando. Aí esse aspecto legal é importantíssimo o CONSEMA se posicionar, senão ele sofre graves riscos a sua
819imagem. Obrigado. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Só dizer que esse assunto não está-me estressando muito, porque pelo que
820eu me lembro, em 1980, quando saiu a 6.938, que se passou o licenciamento ambiental para os Estados, dizia-se: como vamos
821passar esse licenciamento para os órgãos ambientais dos Estado, afinal, eles são isso, são aquilo? Porque nós temos hoje no
822País conhecimento dos órgãos ambientais como são de norte a sul, de leste a oeste, e os Ministérios Públicos Federais e
823Estaduais têm agido em alguns órgãos públicos estaduais, inclusive. Essa situação de Caxias não me estressa por quê? Porque
824nós já tivemos uma situação semelhante em outro município, vocês se lembram? Bem pertinho de Caxias. Ou seja, isso prova
825que a sociedade está agindo, o Ministério Público está agindo, os Conselhos estão agindo, as ONGs estão agindo para a
826vigilância do que acontece no local. Na minha opinião cabe ver o que aconteceu, ver isso no Ministério Público e saber-se a
827Prefeitura tomou providências para corrigir. Se algum fato semelhante algum dia ocorrer na FEPAM nós vamos acabar com a
828FEPAM ou corrigir o fato? Então, não sei porque esse estresse todo, é uma coisa razoavelmente tranqüila. Essa notícia que o
829Ministério Público coloca do indiciamento de não sei quantas pessoas, 17 parece, deixa-nos tranqüilos, sinal que a sociedade
830está agindo, isso não é razão para ficar que nem louco querendo cassar município! Não vejo isso, vejo o assunto com muita
831tranqüilidade, já aconteceu em outro município próximo e o mundo não caiu, e depois daquilo nós habilitamos mais uns 20, 30
832municípios. Então, vamos parar um pouquinho com o estresse e tratar esse assunto com um pouco mais de tranqüilidade,
833porque a sociedade está agindo. A sociedade local apontou a ALGA, apontou o Ministério Público, agiu e temos que saber da
834Prefeitura local se ela tomou providência para corrigir, e pelo que falei com o Secretário Municipal de Caxias, aparentemente,
835tomou. Eu acho que realmente cabe convidá-lo aqui a fazer um esclarecimento e ver como a gente conduz, com mais
836serenidade isso. Obrigado. **Sr. Geraldo André Susin:** Só para contrapor, com toda a tranqüilidade, sem estresse, que ninguém
837está louco aqui atrás de uma desabilitação, já falamos que somos pela municipalização, mas estamos aqui preocupados. Se tem
838gente que não está preocupado com a imagem do Conselho, nós estamos preocupados com a imagem do Conselho, pela
839omissão, e depois para a conivência da omissão é um passo. Então, é isso que com toda a tranqüilidade estamos tentando
840lembrar, sem loucura para querer cassar ninguém, só que se cumpra a lei, senão vira terra de ninguém. Obrigado com toda a
841tranqüilidade e paz e amor. **Sr. Presidente:** O encaminhamento, então, segundo as sugestões colhidas vou tentar fazer uma
842leitura de tudo que a gente ouviu. A sugestão, então, é, baseado no parecer que não está nesse processo, mas parece que há um
843estudo de parecer já feito pela Assessoria Jurídica da SEMA, que esse assunto seja encaminhado para a Câmara Técnica de
844Gestão Compartilhada, e que lá na Câmara Técnica sejam ouvidas as duas partes envolvidas para se saber o que e quais foram
845as atitudes tomadas. Passado pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada o assunto será submetido à Câmara Técnica de
846Assuntos Jurídicos, que depois retorna a este Plenário. Pode ser esse o encaminhamento. **Sr. Geraldo André Susin:** Para a
847próxima reunião. **Sr. Presidente:** Não posso prometer para a próxima reunião porque isso demanda citar as pessoas, não é
848assim. Se o teu correio não chegou, imagina, vou ter que atçar o Secretário, Caxias; brincadeira! Então, vamos dar esse
849encaminhamento. Na próxima reunião vou pedir para o Pieper fazer um relato de como o assunto está caminhando, não
850significa que a gente já tem uma solução. Pode ser assim? Então, teríamos vencido mais esse ponto de Pauta. **4. Propostas de**
851**Alterações/Estatuto da Lei n.º 10.330/94.** O próximo ponto de Pauta que nós temos é em relação à Alteração da Lei n.º
85210.330, que, na verdade, este Conselho criou ano passado um grupo que fez várias sugestões, uma quantidade grande de
853reuniões e, na verdade, houve poucas contribuições. E o que nós estamos precisando hoje é chegar em um texto que possa ser
854submetido a este Conselho para discutir, porque, na verdade, foi feito um grupo de trabalho, o grupo se reuniu umas oito vezes,
855e não surgiu nada de novo, tanto que se abriu um espaço para quem quisesse mandar contribuições, e tão-somente a AGAPAN
856e a FAMURS que mandaram contribuições. Então, a sugestão de criar novamente uma Câmara Técnica, um grupo de trabalho,
857entendo que é inócuo nesse m. Então, talvez, Edi, vou sugerir aos Conselheiros que nós tirássemos de repente três Conselheiros
858do nosso Conselho aqui para escrever um texto base, aí nós traríamos para a o Conselho esse texto básico, submeteríamos a
859uma reunião e vocês teriam um prazo para apresentar sugestões a esse texto base. Aí, provavelmente, na reunião de novembro a

860gente poderia votá-lo e encaminhar para a Casa Civil. Poderia ser mais ou menos esse o encaminhamento ou gostariam de dar
861sugestões? Eu sei que a FIERGS me apresentou uma série de sugestões que terão que ser incorporadas ao texto, mas teria que
862se ter um grupo. Na verdade, é um grupo de redação. **Sr. Clóvis Zimmer:** A pergunta é se o encaminhamento não seria para a
863Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para a construção dessa proposta? Porque lembrando, como exemplo, a Câmara Técnica
864de Controle e Qualidade Ambiental, a qual eu participo, qualquer proposição que a gente for tratar com relação a parâmetros,
865ou padrões de lançamento de emissões aéreas, ou líquidas, passa por essa Câmara Técnica. Esse é um assunto que tem a ver
866com constituição legal, é uma lei, a gente está falando de uma mudança para poder fazer a dita mudança estrutural, todos os
867assuntos passam por lá, mas esse é um assunto que tem a ver com a propositura da Câmara Técnica. Por isso eu pergunto se
868não seria lá? **Sr. Presidente:** Conselheiro, só gostaria de contrapor, a minha preocupação era que chegasse na Câmara Técnica
869já um texto básico, porque se nós mandarmos para lá apenas os subsídios que nós temos, de uma forma muito ampla, o que eles
870aprovarem lá a gente vai ter que acatar aqui. Como vamos dar sugestão se eles estão dizendo que, juridicamente, tem que ser
871assim? Então, eu estava pensando nesse passo anterior, claro, poderia ser também assim, apenas elencarmos as mudanças
872sugeridas, encaminhar para a Câmara Técnica e elaborar um texto, depois submeter à Plenária do CONSEMA. Poderia também
873ser esse encaminhamento. Na verdade, de documentos só há algumas sugestões, que foram sugestões da AGAPAN, nossa e um
874documento que a FIERGS fez, que chegou fora do prazo, mas é válido, o documento é muito bem escrito. **Sr. Clóvis Zimmer:**
875A pergunta eu faço porque, na verdade, esse assunto já vinha em discussão dentro da Câmara Técnica. Esse documento que foi
876apresentado, parte da construção dele, do relato que nós temos da nossa representação dentro da Câmara Técnica de Assuntos
877Jurídicos, vinha sendo construído em parte lá. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu vou falar, então, como integrante desse grupo de
878trabalho, que teve 120 dias para aceitar toda a manifestação do Plenário. Desde o início dos trabalhos já tivemos alguma
879dificuldade de o próprio CONSEMA, que mostrou interesse em fazer essa modificação, das Entidades deste Conselho
880participarem de alguma forma, de mandarem sugestão, enfim, foram mandados vários “e-mails”, pedindo que as Entidades se
881manifestassem em relação à modificação do Conselho. Não teve nenhuma repercussão positiva em relação a isso. Foi feita uma
882apresentação formal aqui pelo nosso Coordenador, que era os Comitês de Bacia, o Sérgio Cardoso era o Coordenador desse
883grupo. Foi feito com “data show”, ele apresentou toda a discussão, as duas discussões que foram apresentadas, tanto da
884FEPAM como da AGAPAN, não houve também nenhum interesse por parte deste Plenário em fazer qualquer modificação.
885Parece-me que as pessoas querem manter a estrutura do CONSEMA como está hoje. A própria FIERGS, que participava do
886nosso grupo, não apresentou formalmente, em tempo hábil e nem em tempo nenhum, para pelo menos os membros da Câmara
887Técnica a sua proposta também. Então, não sei se nós não vamos incorrer no mesmo erro, nós estávamos fazendo de novo,
888tomando tempo das pessoas, daquelas interessadas em participar dessa modificação e não resultou em nada. **Sr. Presidente:**
889Edi, quem sabe a gente faz um encaminhamento para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e espera vir o resultado. **Sra.**
890**Edi Xavier Fonseca:** Mas em dezembro do ano passado, Valtemir, nós fizemos essa tentativa, foi feita a apresentação neste
891Conselho. Nós estamos há sete meses apenas da última apresentação, o quadro não se modificou muito em termos de
892representação, em termos até de política ambiental para que se justifique de novo o mesmo trabalho, o mesmo esforço, a não
893ser apenas por essa manifestação intempestiva da FIERGS em que querer discutir de novo a reestruturação do CONSEMA.
894Parece-me que não é cabível fazermos essa discussão. **Sr. Presidente:** Eu entendo que é cabível, entendo também que na
895legislação há algumas que têm que ser alteradas, mas o encaminhamento é o que está complicado. **Sr. Mauro Gomes de**
896**Moura:** Eu concordo com a Conselheira Edi, Sr. Presidente, porque se todo aquele esforço não gerou em interesse dos
897Conselheiros, não vejo porque retornar o assunto. Talvez o que a gente possa fazer é os Conselheiros receberem uma
898comunicação do Presidente para que na próxima reunião a gente ver-se quer reunir o grupo de trabalho de novo para fazer um
899outro documento. Não creio que esse assunto seja da alçada da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a Câmara Jurídica é
900para ver-se o que se decidiu politicamente não tem nenhum empecilho jurídico. Então, entendo que esse documento não deve
901ser construído na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a Câmara Jurídica não é para isso, é para apreciar documentos que
902saem deste Plenário com decisões políticas, se não tem problema jurídico. Então, se na próxima reunião os Conselheiros
903decidirem que esse assunto deve voltar à Pauta através de um grupo de trabalho de novo, e tomara que funcione, acho que a
904gente deveria retomar. Agora, acho que a Conselheira Edi tem razão, esse assunto não evoluiu e reunir três pessoas para reunir
905não sei o que, também não sei se valeria a pena. **Sr. Presidente:** O fato das pessoas não terem contribuído não significa que o
906trabalho não teve interesse. Teve duas Entidades que se manifestaram naquele momento e uma Entidade que se manifestou fora
907do prazo, mas se manifestou. Portanto, temos três manifestações de tentativa de alterar a lei. E nós entendemos, e todos
908concordam também, que algumas coisas em relação à lei quando ela foi feita em 94 para hoje que podem ser alteradas. Então,
909entendo que a gente poderia fazer uma proposta disso, até porque existe uma quantidade grande, até como eu li hoje aqui, tem
910algumas Entidades que não participam do Conselho e que gostariam de participar. Então, entendo que o assunto não é
911desinteresse, dizer que não houve total interesse; não houve um interesse que a gente esperava. Então, poderíamos ter duas
912alternativas, ou a gente constitui um grupo, de três Conselheiros, no máximo, para fazer uma redação de um texto básico, trazer
913para este Conselho e depois submeter à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ou a gente pega as contribuições, encaminha
914para a Câmara Técnica e pede uma sugestão. Já que todos que sentam lá são advogados teria uma facilidade de produzir um
915documento como texto base e nos encaminhar. **Sr. Clóvis Zimmer:** Gostaria de só responder algumas coisas. Primeiro: não há
916nenhuma intempestividade na minha afirmação e, segundo, não há nenhuma tentativa da FIERGS em querer impor o seu ponto
917de vista. A FIERGS por alguns desacertos também de comunicação, que aí não cabe a mim, porque não sei como chegou na
918representante, que é a Luiza, faz parte, inclusive, da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e a gente perdeu as participações,
919ou por agenda, ou por qualquer outro motivo; mas nesse meio tempo todo se vinha construindo dentro da FIERGS uma
920proposta, que é bem convergente com muitas das coisas que foram apresentadas aqui. Então, não dá simplesmente para detonar

921e daí querendo a FIERGS impor algo porque ela não vem em nada muito divergente, ela vem em uma construção muito
922consistente. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu disse intempestivo no sentido de fora do tempo. **Sr. Clóvis Zimmer:** Com relação
923as tuas proposições, ouvindo a tua fala nesse meio tempo, acho que o segundo encaminhamento seria um encaminhamento bem
924pertinente, porque eu acho que talvez seja infrutífero de novo juntar um grupo de trabalho. Então, é preferível apresentar as
925visões que tem e para justamente daí sair uma proposição para o Plenário. **Sr. Carlos Termignoni:** Eu não entendi porque a
926necessidade de mudá-la. Acho que está sendo colocado como é imperioso que se mude, porque pela manifestação da
927Conselheira parece que o Conselho não pretende mudá-la, ou não há uma proposta, ou não está estimulado o suficiente para
928mudar a ler, talvez a proposta seja algum ponto. Então, a questão é o Conselho, politicamente, ver o que quer mudar na lei
929para depois ir para a outra fase. Por que nós temos uma obrigação de fazer uma proposta para mudar a lei? Essa é a minha
930pergunta. Eu não tenho uma posição se muda ou não muda, mas a coisa está indo de uma maneira. **Sr. Presidente:** Na verdade,
931Conselheiro. isso tudo surgiu em função de algumas coisas que tem na lei, a lei foi feita em 94. Por exemplo, na lei diz lá que o
932representante da Secretaria de Agricultura é o Secretário, nunca teve um Secretário aqui nas nossas reuniões, não diz
933representante, diz que o Conselho é o Secretário. Então, há algumas coisas de redação, há algumas coisas que depois disso
934surgiu a SEMA, e, originalmente, por exemplo, a Secretaria Executiva era da FEPAM, porque o órgão ambiental do Estado era
935a FEPAM, quando foi criada a SEMA essa lei não mudou isso. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** O Regimento Interno não
936regulamentou. **Sr. Presidente:** É, mas tem essas alterações legais, há controvérsias. Então, por que não podemos chegar em
937uma proposta de texto? Acho que podemos. Agora, talvez o encaminhamento correto, eu estou-me declinando pela opção da
938gente juntar as contribuições que houve e encaminhar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para nos apresentar uma
939proposta. Se ela entender que o melhor é continuar com a atual lei, então, que nos diga isso também. **Sr. Carlos Termignoni:**
940Acho que tem que ser uma vontade do Conselho e pelo andamento da coisa a vontade que se tem é pouca, apesar de haver
941várias coisas que talvez sejam interessantes que se mude na lei. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu quero
942referendar o que o Conselho disse, porque há necessidade de alguns pequenos ajustes na lei. Nós tratamos o Regimento
943Interno na Fundação Zoobotânica em vários seminários que se fez, não me lembro o ano, em 99, 200, já se via isso, mas não
944vejo isso como uma demanda do Conselho, vejo isso como uma demanda de algumas instituições. Então, mesmo antes de
945passar propostas, se a Mesa, se este Plenário considerar importante debater esse assunto, que realmente se debata a lei, que seja
946feita uma apresentação da lei para que todos os Conselheiros tenham conhecimento, que cada instituição apresente o que acha
947que tem que mudar e justificar para a partir daí, então, decidir-se vai para a Câmara Jurídica, se vai para um grupo de trabalho,
948como vamos fazer. Nesse momento eu vejo que realmente não há essa demanda de todo o Conselho. Talvez seja mais fácil,
949mais rápido e mais eficiente se fazer alguns ajustes no Regimento Interno, porque o Regimento Interno depende só desta
950Plenária e não precisa ir à Assembléia Legislativa, votação, passar por comissão daqui, comissão dali, porque a gente nunca
951sabe se o que vai sair daqui é o que vai ser realmente votado e aprovado na Assembléia Legislativa, tem mais isso. Então, é
952uma questão a se pensar. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu me sinto contemplada com a fala da Káthia. **Sr. Geraldo André Susin:**
953Só uma proposta de reflexão. Quem propõe mudança tem que argumentar, assim como quem não propõe a mudança que
954argumente porque não. Acho que é o momento reflexivo, a base que criou este Conselho, isso é importante. Então, argumento
955porque não e porque sim. É uma reflexão importante e sadia. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Até já mudei um pouco a
956proposta, mas acho que pegando um pouco da Conselheira Edi, da Káthia, o que nós podíamos fazer na próxima reunião do
957CONSEMA é ver quais são as propostas que as Entidades trouxeram. Acho que a gente deveria tratar, então, dentro das regras
958do CONSEMA, ou seja, se é o caso de mudar, vamos criar uma Câmara de 30 dias, provisória, para a mudança dos textos, para
959fazer uma sugestão para ir para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas a Câmara Jurídica, volto a dizer, é para validar
960juridicamente as decisões políticas tomadas aqui. E com relação a que a Assembléia possa mudar ou não o que sair daqui, eu
961acho que eles são eleitos legítimos para isso. Obrigado. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** O Colega foi feliz na intervenção dele,
962mas a grande discussão política é assim: o Conselho hoje como está posto contempla as demandas ambientais do Rio Grande
963do Sul? As representações que estão aqui hoje conseguem abranger as demandas que a sociedade gaúcha tem colocado? A
964forma como está representada atende essa demanda? Como está a paridade hoje no Conselho sobre a luz hoje da SEMA, a
965questão da própria semântica do Secretário, ou Secretaria que é aqui representada? Acho que há questões importantes aí. A
966minha questão específica da questão dos servidores técnicos da Fundação Zoobotânica, da FEPAM, do DEFAP, do DRH
967coitado, que está ali com três funcionários, nós temos uma representação técnica a cada quatro anos. Então, há uma série de
968lacunas que eu acho que são importantes da gente fazer essa discussão, mas a questão de fundo é saber se a composição atual
969consegue hoje atender a demanda da sociedade gaúcha, e incluí aí a questão dos Comitês de Bacia. **Sr. Clóvis Zimmer:** Vai
970complementar muito o discurso do Clebes. Em toda essa discussão acho que tu suscitaste uma coisa muito importante que é o
971seguinte: eu mesmo não me recordo em que momento o Dilda levantou o assunto de formar o grupo de trabalho e porque das
972proposturas de alteração da lei. Esse é um ponto, isso precisa vir, essa resposta, resgatar em Atas anteriores por que se formou
973essa necessidade. Alguém lembra aqui? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sim. **Sr. Clóvis Zimmer:** Depois eu te dou Aparte. Só para
974complementar, acho que essa questão, já que evoluiu para a questão de proposição de lei, no momento que se fala em
975representatividade, se há um modelo no Estado hoje que é um modelo que representa bem são os Comitês de Bacia. A forma de
976constituição de paridade dos Comitês de Bacia podia ser reproduzida muito bem dentro do compartimento ambiental do
977CONSEMA, é onde legítima muito mais as representações que estão colocadas aqui dentro hoje, do que temos aqui. Eu lhe
978faço a pergunta: por que eu FIERGS, que sou o representante efetivo que tem que estar aqui? E essa pergunta pode ser
979extrapolada e abrangida para qualquer um que está aqui dentro. Qual é a nossa efetiva representatividade? **Sra. Edi Xavier**
980**Fonseca:** Clóvis, a colocação, ou a provocação inicial deste Conselho discutir a reformulação da sua estrutura foi justamente o
981que o Conselheiro Clebes falou, que era de modificar a proporcionalidade, enfim, várias distorções que este Conselho

982apresenta. Apesar do discurso e do interesse das pessoas quererem, aparentemente, discutir essa reformulação, ela não
983aconteceu de fato. Por quê? O que aconteceu? A AGAPAN, FAMURS, os representantes dos funcionários e os Comitês de
984Bacia foram as únicas Entidades que de fato compuseram esse grupo de trabalho, atuaram e participaram. Desculpa, a FIERGS
985também fazia parte desse grupo. Então, só essas cinco Entidades. E nós fizemos um esforço, inclusive, de chamar várias vezes,
986porque primeiro fizemos uma leitura da lei, fizemos a provocação, então, para os Conselheiros que se manifestassem,
987propusemos uma oficina que não teve retorno nenhum, que seria um dia inteiro, com mediador, enfim, e não houve repercussão
988neste Conselho. Por isso que eu te digo, é muito recente, também concordo que este Conselho tenha que ser modificado, tanto é
989que estávamos nesse grupo de trabalho e participamos efetivamente em todas as reuniões sem nenhuma falta, como sempre a
990AGAPAN faz quando se compromete com alguma coisa neste Plenário, mas não houve uma repercussão. Então, de novo, como
991o próprio Presidente tinha proposto que a AGAPAN compusesse de novo esse grupo de trabalho e fosse, inclusive, Relatora,
992estou-me preocupando porque se eu assumir esse papel vou ter a responsabilidade de fazer essa tarefa, só que ela não vai ter
993repercussão nenhuma de novo, essa é a mi há preocupação. Como o meu trabalho, especificamente, é voluntário, preocupa-me
994disponibilizar um tempo para de novo repetir uma história que não aconteceu. A nossa manifestação, inclusive, foi em nome da
995AGAPAN, mas falamos em nome do Movimento Ecológico, foi de propor uma reestruturação de acordo com os Comitês de
996Bacia, o qual nós achamos que é o modelo mais democrático de atuação e mais vertical. **Sr. Presidente:** Primeira informação,
997nós não temos mais “quorum”, mas tem dois assuntos que eu acho que a gente tem que pelo menos conversar mesmo que a
998gente não tenha condições de deliberar. Então, esse assunto fica em princípio sem deliberação, vamos pensar, até a próxima
999reunião vou tentar conversar com os Conselheiros para encontrar uma idéia de como podemos, se continuar, ou colocar em
1000votação na próxima reunião se a gente vai pensar na alteração da lei, ou não. Então, esse assunto fica sem uma posição no
1001momento. Outro assunto de Pauta, mas, infelizmente, estamos sem “quorum”, mas é fundamental que haja uma manifestação,
1002gostaria da palavra do Pieper, que vem em nome do Governo, vem em nome do Secretário aqui, para falar sobre o Fundo
1003Estadual do Meio Ambiente. As Entidades, Pieper, têm me mandado “e-mails” de que não estão conseguindo acessar o recurso
1004para terem as suas despesas ressarcidas. Isso tem que ser resolvido, senão é o que eu li aqui na manifestação anteriormente, no
1005início, nas Comunicações, de que de uma forma ou de outra, daqui a pouco nós estamos sendo considerados que o Conselho
1006não está funcionando por culpa de não ter recurso para as Entidades comparecerem. Então, gostaria da tua manifestação, sei
1007que não tem mais “quorum”, mas, por favor, eu tinha pedido para o Renato estar aqui porque ele é o nosso Presidente da
1008Câmara Técnica, é o Diretor dos assuntos jurídicos da SEMA, por isso, como ele tem essa incumbência de trabalhar com os
1009assuntos jurídicos, que ele também resolvesse esse assunto do fundo. Então, por favor, Pieper, uma manifestação sua, sei que
1010você veio com algumas respostas. Isso, principalmente nas as ONGs, é importante que isso seja resolvido. **5. Fundo Estadual**
1011**do Meio Ambiente. Sr. Niro Afonso Pieper:** Primeiramente, justificar a ausência do Secretário que está na fronteira,
1012juntamente com o Sr. Governador em algumas, acho que são inaugurações de obras de saneamento. E a ausência do Dr. Renato
1013em viagem para Minas Gerais, intercâmbio de informações com a Secretaria de Meio Ambiente de lá, troca de experiências. Os
1014dois assuntos que estavam na Pauta aqui, que até já foram falados pelo Sr. Presidente, a respeito das indicações e a nomeação
1015de Conselheiros e o Fundo Estadual de Meio Ambiente, eles já foram assuntos nas duas últimas sessões. Então, aqui já estive o
1016Dr. Renato expondo, principalmente, sobre a questão do Fundo. Eu vim trazer pelo menos o histórico do andamento do
1017processo, ele teve movimentação tanto no dia 19 quanto no dia 20 deste mês, e está na Assessoria Jurídica da Casa Civil, onde
1018possivelmente se dará um fim a essa questão. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Processo do quê? **Sr. Niro Afonso**
1019**Pieper:** O Processo n.º 1730500053, que trata do Fundo Estadual do Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** Eu tinha entendido na
1020última reunião que o decreto já tinha sido editado. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** O decreto foi editado. O
1021decreto de criação do fundo não foi publicado no Diário Oficial. **Sr. Presidente:** Agora eu entendi, tem que ter a nomeação de
1022três pessoas, que são atos separados, e o segundo ato, ao que parece, demorou para chegar na Casa Civil e demorou para sair de
1023lá. É isso, ou não saiu de lá ainda? **Sr. Niro Afonso Pieper:** Está lá. **Sr. Presidente:** Então, vamos fazer um contato, vou pedir
1024para a Secretaria Executiva fazer um ofício ao Sr. Governador pedindo agilização no processo. Gostaria que deixasses pronto,
1025amanhã eu passo aqui e assino o ofício. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, a Secretaria vem gerenciando para a realização
1026disso, o processo está com o Dr. Bruno e houve gestões hoje no sentido de dar agilidade. **Sr. Presidente:** O outro assunto que
1027eu gostaria de abordar, que a gente deliberou aqui, é o assunto das ONGs ambientalistas. Gostaria da manifestação da Káthia
1028para a gente encontrar um encaminhamento, não gostaria de sair aqui da reunião sem encaminhamento nenhum referente ao
1029assunto, até para que na próxima reunião possa ter uma solução disso. Então, gostaria da manifestação da Káthia também, do
1030nosso amigo Conselheiro dos Amigos da Floresta, porque todas as partes têm que ser ouvidas nesse processo e que haja
1031efetivamente um encaminhamento do assunto. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Nós da APEDEMA achamos
1032fundamental que a forma como foi feita essa substituição seja trazida à Plenária para conhecimentos dos membros. Não
1033sabemos ainda, Sr. Presidente, como deliberar com relação a isso, porque, realmente, fica qual seria o poder deste Conselho, o
1034poder de fato e não de direito, porque de direito este Conselho é o órgão máximo da gestão ambiental, de mostrar ao Sr. vice-
1035Governador, e principalmente ao Sr. Governador do Estado, que a forma como feita a substituição dos Amigos da Terra no
1036caso, foi feita de forma incorreta. Eu posso providenciar uma apresentação, ou um resumo do processo administrativo, do qual
1037tenho cópia, para trazer na próxima reunião. **Sr. Presidente:** Eu sugiro que seja o primeiro ponto de Pauta da próxima reunião.
1038**Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Isso é um ponto, o outro ponto é que lendo os Estatutos da Entidade Amigos da
1039Floresta, para nós é claro que ela é uma Entidade, uma ONG, com toda a legalidade, disso não resta dúvida. O que nós não
1040vemos é que ela seja uma Entidade ambientalista, até porque ela não está cadastrada no Conselho Nacional de Entidades
1041Ambientalistas, e eu acho também que isso é outro debate que tem que ser feito, mas com todo o Plenário, porque se nós vamos
1042discutir hoje, vamos discutir mês que vem de novo. E essa reunião hoje foi totalmente improdutiva, foi muito sem objetividade,

1043acho que temos que ter um pouco mais de cuidado para evitar esse tipo de coisa. Se for o caso eu posso tentar auxiliar na Mesa
1044para coordenar um pouco, não sou especialista nisso, mas posso tentar auxiliar já que o Presidente está sozinho fazendo tudo na
1045Mesa. **Sr. Presidente:** Káthia, eu vou sugerir um encaminhamento antes de passar a palavra ao Colega Conselheiro, que seria o
1046seguinte: na próxima reunião, depois da leitura da Ata, das Comunicações, o primeiro assunto de Pauta seria a representação
1047das ONGs no CONSEMA. Então, envolveria todo o contexto, inclusive, a entrada dos Amigos da Floresta, a saída dos Amigos
1048da Terra, falaria a APEDEMA, falaria a SEMA e falaria os Amigos da Floresta. Então, nós abriríamos um espaço para discutir
1049o assunto na Plenária dessa forma. Se todos concordarem eu daria esse encaminhamento. Claro, não podemos mais deliberar
1050porque não há mais “quorum”, mas iria conduzir o assunto dessa forma para a gente ter um encaminhamento. Pode ser? Então,
1051antes do encerramento eu gostaria de ler um convite para um café da manhã, é um convite da Prefeitura de Gravataí, para o dia
105229-07, sexta-feira, às 8 horas, na sede da Fundação de Meio Ambiente. O documento vai ficar aqui com o pessoal da Secretaria
1053Executiva, que pode passar um “e-mail” com endereço para todos os Conselheiros. “A Prefeitura de Gravataí, através da
1054Fundação Municipal de Meio ambiente e a Pontífice da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através do seu Museu de
1055Ciência e Tecnologia, tem a honra de convidar para o ato de assinatura de convênio para a elaboração do plano ambiental do
1056Município de Gravataí”. Então, por favor, é no dia 29, sexta-feira, e a presença tem que ser confirmada até o dia 27 pelo
1057telefone 488-4685, ou 488-5799, com a Srta. Simone, Fundação de Meio Ambiente de Gravataí. Então, agradeço a presença de
1058todos e damos por encerrada a reunião. (Encerra-se a reunião às 17h14min).